

CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARÁ S.A. – CELPA (“Em Recuperação Judicial”)

CNPJ/MF nº 04.895.728/0001-80

NIRE 15.300.007.232

Companhia Aberta

Belém - PA, 24 de abril de 2012

Aos Srs. Acionistas da **CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARÁ S.A. - CELPA.**

PROPOSTAS DA ADMINISTRAÇÃO

A administração da Companhia vem submeter as seguintes propostas à apreciação de V.Sas., reunidos em Assembleia Geral Ordinária, conforme Edital de Convocação abaixo transcrito:

**“EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA**

Ficam convocados os senhores acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, que se realizará no dia 30 de abril de 2012, às 11 horas, na sede social, na Rodovia Augusto Montenegro, Km. 8,5, s/nº - Belém - PA, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

- a) Exame, discussão e aprovação do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2011;
- b) Aprovação da destinação do resultado relativo ao exercício de 2011;
- c) Eleição dos integrantes do Conselho de Administração;
- d) Eleição e fixação da remuneração dos integrantes do Conselho Fiscal; e
- e) Fixação da remuneração dos administradores para o exercício de 2012.

Os documentos pertinentes à ordem do dia encontram-se à disposição dos senhores acionistas na sede social da Companhia e no seu endereço eletrônico www.celipa.com.br/investidores, bem como nas páginas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM (www.cvm.gov.br) e da BM&Fbovespa – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros S.A. (www.bmfbovespa.com.br).

Os acionistas deverão apresentar, com no mínimo 48 (quarenta e oito) horas de antecedência, além do documento de comprovação de sua identidade e/ou atos societários pertinentes que comprovem a representação legal, conforme o caso: (i) comprovante expedido pela instituição escrituradora no máximo 5 (cinco) dias antes da data da realização da Assembleia Geral; (ii) instrumento de mandato com reconhecimento da firma do outorgante. A representação por procuração deverá obedecer às determinações do § 1º do art. 126 da Lei nº 6.404/76; e (iii) extrato contendo a respectiva participação acionária emitido pela entidade administradora da custódia fungível de ações da Companhia.”

Para facilitar a consulta e manuseio, a administração da Companhia consolida, neste documento, todas as informações e documentos que devam ser disponibilizados a V.Sas., quais sejam:

Nº	Informação e/ou Documento
1.	Comentários dos Administradores
2.	Destinação dos Resultados (pro forma)
3.	Eleição de integrantes do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal
4.	Remuneração dos Administradores

10.1 Os diretores devem comentar sobre:

a. Condições financeiras e patrimoniais gerais

A Empresa, Centrais Elétricas do Pará – CELPA (“Celpa” ou “Companhia”) tem como atividade a distribuição de energia elétrica no Estado do Pará com sede na cidade de Belém-PA.

Todas as nossas operações são realizadas no Brasil, razão pela qual nossos resultados operacionais e situação financeira são diretamente afetados pelas condições econômicas gerais do país, em especial, pelas taxas de inflação, taxas de juros, políticas governamentais, flutuações do câmbio e políticas tributárias.

Desde o início do Plano Real, em 1993, o Brasil tem evoluído para um quadro de estabilidade econômica, o que faz com que os agentes econômicos tenham expectativas favoráveis para o futuro do País. A manutenção da estabilidade monetária tem sido acompanhada pelo crescimento gradual, porém sustentado, da economia.

Nos anos recentes, o crescimento do PIB teve como principais fatores determinantes o bom desempenho do setor exportador e o aumento da demanda interna. O PIB brasileiro teve uma redução de 0,3% em 2009, um crescimento de 7,5% em 2010, e um crescimento de 2,7 % em 2011¹. A taxa básica de juros em curto prazo (ajustada pelo BACEN em relação ao índice SELIC) aumentou de 8,65% em 2009, considerando o último dia de cada ano, para 10,67% em 2010 e aumentou para 10,91% em 2011.

A Companhia opera na região Norte do Brasil e o crescimento econômico nessa região pode ser o fator de maior impacto na demanda por energia elétrica e nos resultados operacionais da Companhia.

A distribuição de energia elétrica na área de concessão da Companhia mostra uma forte correlação com o crescimento e desenvolvimento da economia no Estado do Pará, uma vez que a base de clientes é, em grande parte, composta por clientes residenciais cativos nesse Estado. O consumo de energia no Estado do Pará aumentou em média 5,4% ao ano, no período de 2007 a 2011, Em nossa área de concessão teve um aumento médio maior do que a média nacional de consumo elétrico, que foi de 3,3%².no mesmo período. Além disso, a Companhia acredita que esse estado possui um significativo potencial para desenvolvimento econômico que, a seu ver, se traduzirá em um potencial de crescimento na demanda por energia elétrica.

Inclusive, o PAC, criado pelo Governo Federal, tem como objetivo a aceleração do crescimento econômico, o aumento do emprego e a melhoria das condições de vida da população brasileira, incluindo o Estado do Pará. O PAC consiste em um conjunto de medidas destinadas a incentivar o investimento privado, aumentar o investimento público em infra-estrutura e remover obstáculos burocráticos, administrativos, normativos, jurídicos e legislativos, ao crescimento. Por meio do PAC, estima-se um investimento total da ordem de R\$26,7 bilhões, no Estado do Pará, distribuídos nos setores de logística, energia, social e urbano.

As receitas da Companhia provêm do segmento de distribuição de energia elétrica. A receita consolidada é dividida da seguinte forma: (i) 77,3% no fornecimento de energia elétrica; (ii) 21,7% receita de construção; (iii) 0,4% suprimento de energia elétrica; e (vi) 0,6% outras receitas. Essa receita de construção é um dos efeitos da adoção do IFRS (*International Financial Report Standard*), Normas Internacionais de Contabilidade, pela companhia, a partir de 31 de dezembro

¹ Fonte: http://www.suapesquisa.com/geografia/economia_brasileira.htm

² Fonte: <http://www.epe.gov.br/mercado/Documents/Consumo%20nacional%20de%20energia%20el%C3%A9trica%20por%20classe%20-%201995-2011.pdf>

de 2010 e não constitui efeito real sobre o resultado operacional da companhia, visto a sua exata contrapartida no custo de operação.

b. Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:

O capital, totalmente integralizado, é de R\$518.932.1 milhões representado por 63.850.934 (sessenta e três milhões, oitocentos e cinquenta mil, novecentas e trinta e quatro) ações escriturais, sem valor nominal, sendo: 59.397.496 (cinquenta e nove milhões, trezentos e noventa e sete mil, quatrocentas e noventa e seis) ações ordinárias e 4.453.438 (quatro milhões, quatrocentos e cinquenta e três mil, quatrocentas e trinta e oito) ações preferenciais, divididas em 2.166.816 (dois milhões, cento e sessenta e seis mil, oitocentas e dezesseis) preferenciais Classe "A"; 1.085.373 (um milhão, oitenta e cinco mil, trezentas e setenta e três) preferenciais Classe "B"; e 1.201.249 (um milhão, duzentos e um mil, duzentas e quarenta e nove) preferenciais Classe "C".

A Companhia poderá, a qualquer tempo, por deliberação da Assembleia Geral e observadas às disposições legais e as do Estatuto:

- (a) criar novas classes de ações preferenciais ou aumentar o número de ações preferenciais de classe existente sem guardar proporção com as demais espécies e classes, sendo que as ações emitidas poderão ser resgatáveis ou não e ter ou não valor nominal, nos termos do artigo 11, parágrafo 1º, da Lei nº 6.404/76;
- (b) emitir debêntures, bônus de subscrição e quaisquer outros títulos, nas condições a serem fixadas pela Assembleia;
- (c) deliberar o resgate ou a amortização de ações ou de classes de ações, determinando as condições e o modo de proceder-se à operação.

Na proporção do número de ações que possuírem, os acionistas terão preferência na subscrição de novas ações, bem como na emissão de debêntures ou outros títulos conversíveis em ações e bônus de subscrição.

Sem prejuízo do disposto acima, os aumentos de capital decorrentes de conversão de debêntures em ações, cuja emissão tenha sido aprovada em Assembleia Geral, serão averbados pela Diretoria, mediante ata de reunião arquivada no Registro do Comércio, nos termos do parágrafo 1º do artigo 166 da Lei nº 6.404/76, e consolidados anualmente na mesma data da realização da Assembleia Geral Ordinária.

A Companhia poderá autorizar a instituição depositária das ações a cobrar do acionista os custos dos serviços de transferência da propriedade das ações escriturais e demais atos de registro e averbação, observadas as disposições legais aplicáveis e os limites máximos fixados pela Comissão de Valores Mobiliários.

A instituição depositária deverá realizar, no prazo de 15 (quinze) dias a contar do pedido do acionista, os atos de registro, averbação ou transferência de ações, e fornecerá aos acionistas extratos da conta de depósito das ações escriturais, na forma da lei.

Nos casos de reembolso de ações, previstos em lei, o valor de reembolso corresponderá ao valor do patrimônio líquido das ações, de acordo com o último balanço aprovado por Assembleia Geral, segundo os critérios de avaliação do ativo e do passivo fixados na Lei das Sociedades por Ações e com os princípios contábeis geralmente aceitos.

Se a deliberação da Assembleia Geral ocorrer mais de 60 (sessenta) dias depois da data do último balanço aprovado, será facultado ao acionista dissidente pedir, juntamente com o reembolso, levantamento de balanço especial que atenda àquele prazo. Nesse caso, a companhia pagará imediatamente 80% (oitenta por cento) do valor do reembolso calculado com base no último

balanço e, levantado balanço especial, pagará o saldo no prazo de 120 (cento e vinte) dias, a contar da data da deliberação da Assembleia Geral.

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia apresentou a seguinte composição de capital: (i) 15,7% de capital próprio (ou seja, patrimônio líquido dividido pelo ativo total) e (ii) 84,3% de capital de terceiros (ou seja, a soma do passivo circulante com o passivo não circulante dividido pelo ativo total).

- **Hipóteses de Resgate**

Não há possibilidade de resgate de ações de emissão da Companhia além das legalmente previstas.

- **Fórmula de Cálculo do Valor de Resgate**

Não há possibilidade de resgate de ações de emissão da Companhia além das legalmente previstas.

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Considerando o perfil de curto e médio prazo do endividamento da Companhia, esta pretende alongar o seu perfil para adequar a sua capacidade de pagamento do montante principal e juros de suas dívidas com recursos provenientes da sua geração operacional de caixa.

(R\$ mil)	2011	2010	2009
Empréstimos, financiamento e encargos	1.936.654	1.594.879	1.159.996
Total de Disponibilidade(1)	208.756	457.209	195.389
Sub-rogação CCC	175.829	138.509	690
Dívida Líquida(2)	1.552.069	999.161	963.917

(1) Disponibilidades é a soma dos itens “numerário disponível” e “aplicações no mercado aberto”.

(2) Dívida líquida é a diminuição do item empréstimos, financiamentos e debêntures menos a disponibilidade a sub-rogação CCC..

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas

Além da utilização em parte de sua geração própria de caixa, a principal fonte de financiamento para os projetos de investimento da Companhia é o BNDES e a Eletrobras, que usualmente oferece taxas de juros menores que o mercado privado, além de prazos de pagamentos compatíveis com o tempo de retorno do projeto de investimento.

Caso o projeto de investimento não seja elegível para financiamento via BNDES, a Companhia normalmente recorre ao mercado de capitais (debêntures), agências multilaterais de fomento ou demais fontes do mercado bancário.

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Companhia recorrerá ao mercado financeiro contratando operações em seu benefício, caso a sua geração de caixa não seja suficiente para suprir a sua necessidade de capital de giro e investimentos.

f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

O saldo dos empréstimos, financiamentos e debêntures da Companhia em 31 de dezembro de 2010 era de R\$1.936,7 milhões. Esse saldo, líquido do caixa e aplicações e sub-rogação CCC era de R\$1.552,1 milhões. Utilizando-se como parâmetro o índice “dívida financeira líquida dividida pela dívida financeira líquida mais patrimônio líquido”, o resultado em 31 de dezembro de 2011 foi de 68,5%.

(R\$ mil)	Em 31 de Dezembro de		
	2011	2010	2009
Dívida financeira líquida	1.552.069	999.161	963.917
Patrimônio líquido	714.272	891.659	992.394
Índice de endividamento	0,68	0,53	0,49

Definições:

Dívida Financeira Líquida – significa empréstimos, financiamentos, debêntures e encargos menos caixa e aplicações e ativos de sub-rogação CCC.

Patrimônio Líquido – significa a conta patrimônio líquido do passivo.

Índice de endividamento – significa a dívida financeira líquida dividida pela dívida financeira líquida mais patrimônio líquido.

Índice de endividamento =
$$\frac{\text{Dívida Financeira Líquida}}{(\text{Dívida Financeira Líquida} + \text{Patrimônio Líquido})}$$

i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Eletrobrás: recursos destinados à investimentos no ativo imobilizado para expansão do Programa Nacional Luz no Campo. O empréstimo é datado de 29/2/2000, a data de vencimento da última parcela ocorrerá em agosto/2014, conforme aditivo contratual, a forma de amortização é mensal, e a taxa de juros é de 5% a.a..Eletrobrás: empréstimos tomados para a implementação do Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica “Luz para Todos”, instituído pelo Decreto nº 4.873, de 11/11/2003, coordenado pelo Ministério de Minas e Energia e operacionalizado pela ELETROBRÁS, com recursos originários da Reserva Global de Reversão - RGR. A amortização dos contratos será em 120 parcelas mensais e sucessivas, com carência de 24 meses, vencendo a última parcela em maio/2022, com encargos de 6% a.a.. Até dezembro/2011, foi liberado o montante de R\$86.196 por meio do contrato ECF-2812/2010 e ECFS-2870/2010 com carência de 36 meses e vencimento da última parcela em agosto/2024 com encargos de 7% a.a..

BNDES: em dezembro/2009 foi firmado contrato com a finalidade de financiamento de obras de Distribuição e Transmissão em sua área de concessão no valor de R\$449.277, com taxa média de 4,07% a.a. acima da variação da TJLP e taxa pré-fixada de 4,5% a.a., vencendo a primeira parcela de amortização em janeiro/2012 e a última em dezembro/2019. Até dezembro/2011 foram liberados R\$240.385.

FNO: em dezembro/2008 e agosto/2009 foram firmados contratos para financiamento de obras com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO, por meio do Banco da Amazônia no valor total de R\$118.067, ao custo de 8,5% a.a.; com prazo máximo de 180 meses, sendo 38 meses de carência e 142 para amortização do principal, vencendo a última parcela em janeiro/2024. Até dezembro/2011 foram liberados R\$82.789.

FDE: em dezembro/2003 e março/2004 foram firmados contratos para financiamento de obras com recursos do Fundo de Desenvolvimento Econômico do Estado do Pará – FDE, por meio do Banco do Estado do Pará no valor total de R\$2.627, ao custo de 6% a.a. acima da TLJP; com prazo máximo de 120 meses, sendo 36 meses de carência e 84 para amortização do principal, vencendo a última parcela em março/2014.

Capital de giro: As operações de capital de giro são indexadas a CDI e IPCA e pré-fixadas, com amortização mensal, e vencimento da última parcela em agosto/2015.

- Operações indexadas a CDI com taxa média ponderada de 5,04% a.a.
- Operações indexadas a IPCA com taxa média ponderada de 11% a.a.
- Operações pré-fixadas com taxa média ponderada de 20,45% a.a.

Dentro destas operações existe contrato com taxa de juros efetiva de 7,5% a.a. que contemplam os custos de transação que são apropriados ao resultado mensalmente, conforme CPC 08 - R1 (Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários). Durante o exercício findo em 31/12/2011 foram amortizados R\$404.

Empréstimo Unit Note: em fevereiro/2006, a Companhia efetuou a emissão de US\$ 50.000 relativos a “Unit Note”, com prazo total para liquidação de 6 anos, sendo 3 anos de carência e 3 anos para amortização do principal e com taxa de juros nominal de 9,5% a.a.. O montante do principal dessa operação foi protegido contra as oscilações da variação cambial, por meio de instrumentos derivativos (vide nota explicativa nº 21). Em 9/8/2007, a Companhia antecipou pagamentos no montante de US\$ 31.899, correspondentes a R\$61.231.

Esta operação tem uma taxa efetiva de juros de 10,06% a.a que contempla os custos de transação que são apropriados ao resultado mensalmente, conforme CPC 08 - R1 (Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários). Durante o exercício findo em 31/12/2011 foram amortizados R\$169.

Empréstimo – BID: em junho/2006, a Companhia assinou contrato de US\$ 135.000 provenientes de empréstimos aprovados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), sendo US\$ 75.000 provenientes de recursos próprios do BID (denominados como “A Loan” ou parte “A”); e US\$ 60.000 de um sindicato de bancos (clubdeal) composto pelo Banco Société Générale e Banco Itaú Europa, ou parte “B”. A parte “A” do financiamento terá o prazo total de 9 (nove) anos para liquidação, sendo 3 (três) anos de carência e mais 6 (seis) para amortização do principal. A parte “B” terá o prazo total de 6 (seis) anos para liquidação, sendo 3 (três) anos de carência e mais 3 (três) anos para amortização. As amortizações serão pagas trimestralmente e durante o período de carência ocorrerão pagamentos trimestrais dos encargos. O custo da parte A é de Libor acrescida de spread de 3,87% a.a. e a parte B de Libor acrescida de spread de 3,5% a.a.. O principal referente a primeira liberação da operação foi protegido contra as oscilações da variação cambial por meio de instrumentos derivativos (vide nota explicativa nº 21).

Capital de Giro – BOND’s: em junho/2011 foi emitido papel no mercado externo no montante de US\$ 250.000 com taxa de 10,5% a.a., com pagamentos dos juros semestrais e o principal com pagamento único em junho/2016. Os BOND’s são negociados na Irish Stock Exchange (Bolsa de Valores da Irlanda). Os recursos desta operação serão utilizados para pagamentos de operações de curto prazo e com custos mais altos.

Esta operação possui uma taxa de juros efetiva de 10,92% a.a. que contempla os custos de transação que são apropriados ao resultado mensalmente, conforme CPC 08 - R1 (Custos de

Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários). Durante o exercício findo em 31/12/2011 foram amortizados R\$958.

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

O saldo da conta empréstimos, financiamentos e encargos passaram de R\$1.594,9 milhões em 2010 para R\$1.936,7 milhões em 2011, representando um aumento de 21,4% (R\$341,8 milhões). Essa variação foi influenciada principalmente pelo (i) aumento de R\$472,6 milhões no saldo em moeda estrangeira devido a emissão dos BONDS; (ii) aumento de R\$88,0 milhões no saldo com a Eletrobrás, em virtude do Programa de Universalização (Luz Para Todos); e (iii) aumento de R\$20,2 milhões no saldo do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), cujos recursos são destinados para investimentos. Esses aumentos foram parcial e positivamente compensados pela (i) redução de R\$174,6 milhões no capital de giro, com o recurso dos BONDS; e (ii) redução de R\$40,1 milhões no saldo do BID, devido a amortizações.

Considerando-se portanto a dívida líquida das disponibilidades (caixa e equivalentes) e sub-rogação CCC, o saldo passou de R\$999,2 milhões em 2010 para R\$1.552,1 milhões em 2011, representando um aumento de 55,3% (R\$552,9 milhões).

O endividamento em moeda nacional representa 68,9% (ou R\$1.334,1 milhões) do saldo total, enquanto as dívidas em moeda estrangeira representam 31,1% (R\$602,5 milhões). A tabela abaixo descreve a evolução do endividamento total consolidado em aberto da Companhia nos períodos em referência:

Dívidas (R\$ mil)	Em 31 de dezembro de		
	2011	2010	2009
Curto Prazo			
Moeda Estrangeira	597.015	67.746	76.455
Moeda Nacional	659.647	520.919	348.200
Longo Prazo			
Moeda Estrangeira	5.525	124.661	217.431
Moeda Nacional	674.467	881.553	517.910
Total Geral	1.936.654	1.594.879	1.159.996

Financiamentos Relevantes e outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Ao longo de 2008, 2009 e 2010, foram contraídas algumas dívidas, entre as principais estão:

Tesouro nacional: Banco do Brasil S.A. - reestruturação de dívida externa, contrato inicial assinado em 31/12/1997, com taxas de juros pré que variam de 6% a 8% a.a., e taxas que variam de 0,81% a 0,88% a.a. mais taxa Libor semestral acrescida da variação cambial, com amortização semestral, e vencimento da última parcela em abril/2024, com garantias de aval do Governo do Estado, receita própria e depósito caução de parte da dívida, atualizado mediante aplicação da média ponderada das variações dos preços dos “Bônus de Zero Cupom do Tesouro dos Estados Unidos da América” (“US\$ Treasury Zero Coupon Bond”) cujo saldo em 31/12/2011 era de R\$25.653.

iii. Grau de Subordinação entre as dívidas

O saldo do endividamento financeiro da Companhia em 31 de dezembro de 2011 era de R\$.936,6 milhões, assim segmentados: (i) R\$598,4 milhões ou 30,9% de garantias reais por meio de recebíveis; (ii) R\$242,1 milhões ou 12,5% estavam garantidos por aval dos Acionistas Controladores, Rede Energia S.A. e QMRA Participações S.A.; (iii) R\$573,2 milhões ou 29,6% de garantias reais por meio de recebíveis e por aval dos Acionistas Controladores, Rede Energia S.A. (“Rede”) e QMRA Participações S.A. (“QMRA”); e (iv) R\$522,9 milhões ou 27,0% de garantias quirografárias, ou seja, livres de garantias. O grau de subordinação das dívidas, em relação às suas garantias, será sempre real, flutuante e quirografária, excetuando-se outras legalmente previstas.

iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário.

A Companhia utiliza diversos instrumentos financeiros, que exigem, dentre outras, obrigações de manutenção de índices financeiros específicos e/ou o cumprimento de diversas obrigações de fazer ou não fazer restritivas às suas operações. Destacam-se:

BID

Estes empréstimos são garantidos de forma independente um do outro com contas a receber da Companhia, bem como os pagamentos de vencimentos previstos em seus contratos de concessão. Cada empréstimo do BID é garantido pela Rede Energia e exige que os Acionistas Controladores da Companhia, inclusive a Rede, celebraram um contrato de retenção de ações para acordar que não haverá troca de controle em relação à Companhia e que a garantia do BID de receber o pagamento de vencimento previstos no respectivo contrato de concessão permanecerá válidos e com efeito. A Companhia está sujeitas a cumprir cláusulas contratuais destes empréstimos, inclusive de atendimento de compromissos financeiros (tais como, índice de endividamento (max. 3,50), capital de terceiros (max. 0,60), de dívida em relação ao EBITDA³ (max. 1,00), de dívida a curto prazo em relação ao EBITDA (max. 0,75) e de despesas com pagamentos de juros (min. 2,00)), bem como restrições de investimentos, ônus, fusões e consolidações, venda de ativos e operações com partes relacionadas, e ainda, políticas ambientais, de saúde, de segurança, de trabalho e de responsabilidade social do BID.

³ O EBITDA representa o lucro (prejuízo) líquido excluindo-se os efeitos de resultado em participações societárias, resultado financeiro, resultado não operacional, imposto de renda, contribuição social, crédito fiscal diferido, participação dos minoritários, depreciação e amortização. O EBITDA não é uma medida sob as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou dos Estados Unidos e não deverá ser considerado como alternativa ao lucro líquido como indicador do resultado operacional nem como alternativa ao caixa operacional como indicador de liquidez. O EBITDA por nós calculados pode não ser comparável ao EBITDA utilizado por outras companhias.

Em relação aos empréstimos do BID, a Rede e a QMRA concordaram em não onerar, trocar, ceder como forma de pagamento, vender ou transferir ações ordinárias de emissão da Companhia e da QMRA, de titularidade da Companhia, que poderiam causar a perda de posição, diretamente ou indiretamente por meio da QMRA, de detentor da maioria das ações ordinárias de emissão da Companhia em circulação.

BNDES

Manter os seguintes índices financeiros máximos, com periodicidade de apuração anual:

Indicador	2009	2010	2011	2012	2013 em diante
Dívida Líquida / LAJIDA	4,0	4,0	3,0	3,0	2,5
Dívida Líquida / (Dívida Líq.+PL)	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7

Por fim, os financiamentos acima contratados têm por objetivo financiamento dos planos de investimentos da Companhia e reforço de capital de giro.

BONDS

Manter os seguintes índices financeiros máximos, com periodicidade de apuração semestral:

- Endividamento Líquido Financeiro / EBITDA4 – tem que ser igual ou menor a 4,0x

g. limites de utilização dos financiamentos já contratados

Em novembro de 2009, a CELPA e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”) assinaram Contrato de Financiamento no valor de R\$449,3 milhões, destinados ao “Plano de Melhorias” da CELPA. Esse programa prevê a ampliação, modernização e expansão das redes de distribuição, subtransmissão, serviços de telecomunicação e redução das perdas técnicas e não técnicas. Até 31 de dezembro de 2010 foram liberados R\$240,4 milhões. Deste modo, a Companhia possui o limite de R\$208,9 milhões para ser desembolsado.

h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Resultados Operacionais

Análise dos Resultados do Exercício Social Encerrado em 31 de dezembro de 2011 comparados com o Exercício Social Encerrado em 31 de dezembro de 2010

Receita Operacional Bruta

4

"EBITDA" significa, para qualquer período, o montante equivalente à soma de lucro líquido consolidado do período, positivo, na medida em deduzidos no cálculo, tais Renda Líquida Consolidada:

- (A) despesas financeiras líquidas consolidadas;
- (B) resultado consolidado e contribuição social;
- (C) depreciação e amortização consolidados e
- (D) Outras receitas (despesas).

A receita operacional bruta apresentou um crescimento de 14,4%, passando de R\$2.952,1 milhões em 2010 para R\$3.376,3 em 2011. Esse aumento foi principalmente decorrente de: (i) crescimento do mercado de venda de energia elétrica em 2,8%, (ii) aumento de 6,6% no preço médio de venda ao consumidor final (receita obtida dos consumidores finais dividida pelos MWh vendidos a esses mesmos consumidores), e (iii) aumento de 50,3% na receita de construção, que passou de R\$488,8 milhões em 2010 para R\$734,6 milhões em 2011. Vale acrescentar que essa receita é parte dos efeitos da adoção do IFRS (International Financial Report Standard), Normas Internacionais de Contabilidade, pela companhia, a partir de 31 de dezembro de 2010, e não constitui efeito real, uma vez que esses mesmos valores (tanto para 2010 quanto para 2011) aparecem no custo de operação, resultando em efeito nulo no resultado operacional da companhia. Retirando-se portanto os efeitos da receita de construção, o aumento da receita bruta seria de 7,2%, passando de R\$2.463,3 milhões em 2010 para R\$2.641,7 milhões em 2011.

Custo do Serviço

O custo do serviço de energia elétrica, composto de compra de energia e encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição, atingiu R\$965,1 milhões em 2011, portanto, 13,2% acima dos R\$852,8 milhões verificados em 2010. Esse crescimento foi consequência da combinação dos seguintes fatores: (i) aumento de 8,3% nos GWh comprados para revenda, que passaram de 8.784 GWh em 2010 para 9.517 GWh em 2011, (ii) aumento de 4,5% no preço médio de compra (R\$gastos com compra de energia divididos pelo GWh vendidos), e (iii) aumento de 12,5% no custo do encargo de uso do sistema de transmissão e distribuição.

Custo e Despesas da Operação

Nesse mesmo período, o custo de operação atingiu R\$1.067,5 milhões em 2011, representando um aumento de 27,1% em relação aos R\$840,0 milhões de 2010. No entanto, para uma correta análise, faz-se necessária a exclusão de alguns itens que compõem o custo da operação, tais como: (i) matéria-prima e insumos para produção de energia elétrica, (ii) subvenção CCC, e (iii) custo de construção, porém serem compulsórios, exógenos ou derivados da adoção do IFRS, sem efeito real sobre o resultado operacional. Assim, retirando-se o efeito desses itens, o custo da operação passou de R\$321,4 milhões em 2010 para R\$387,8 milhões em 2011, representando um aumento de 20,6% (R\$66,4 milhões), influenciado pelas seguintes itens: (i) aumento de 81,5% (R\$35,4 milhões) no custo de pessoal principalmente devido ao custo não recorrente do exercício de 2010, da mão de obra alocada nos investimentos do período, (ii) aumento de 5,6% (R\$9,1 milhões) nos serviços de terceiros em razão dos reajustes anuais dos contratos (a inflação medida pelo IGPM foi de 5,1% entre 2010 e 2011), e (iii) aumento de 15,5% (R\$17,6 milhões) na depreciação e amortização.

As despesas operacionais, compostas de despesas com vendas, gerais, administrativas e outras despesas aumentaram 52,3% (ou R\$113,6 milhões), passando de R\$217,2 milhões em 2010 para R\$330,8 milhões em 2011, principalmente devido a (i) constituição de PDD na rubrica despesas com vendas. As provisões líquidas de reversão, nessa rubrica, passaram de R\$15,3 milhões em 2010 para R\$34,4 milhões em 2011; e (ii) aumento de R\$94,4 milhões no item outras despesas operacionais, composto principalmente de: (a) aumento de R\$35,5 milhões nas provisões; (b) aumento de R\$41,7 milhões nas perdas na desativação de bens e direitos; e (c) aumento de R\$19,5 milhões na perda no valor recuperável. É importante ressaltar que, antes da adoção do IFRS, os itens de perdas na desativação de bens e direitos e perda no valor recuperável, eram classificados com resultados não operacionais.

EBITDA

Como consequência dos resultados comentados nos parágrafos anteriores, o EBITDA da companhia passou de R\$328,4 milhões em 2010 para R\$283,2 milhões em 2011, representando uma redução de 13,8% (ou R\$45,2 milhões).

Resultado Financeiro

O resultado financeiro passou de uma despesa de R\$328,8 milhões em 2010 para uma despesa de R\$489,0 milhões em 2011, representando um aumento de 48,7% (R\$160,2 milhões). As rubricas que mais influenciaram esse aumento foram: (i) aumento de 37,7% (R\$53,7 milhões) nas despesas com encargos de dívidas, em razão do aumento do endividamento financeiro, e (ii) aumento de R\$92,8 milhões na variação monetária líquida (receita menos despesa), que gerou uma despesa de R\$20,9 milhões em 2010 e R\$113,7 milhões em 2011, e (iii) aumento de 46,5% (R\$64,5 milhões) em juros e multas, especialmente devido a multas regulatórias. O aumento das despesas financeiras, no entanto, foram parcial e positivamente compensadas pela redução das despesas de swap que, líquidas (receita menos despesa) passaram de uma despesa de R\$69,9 milhões em 2010 para uma despesa de R\$15,3 milhões em 2011, representando uma redução de R\$54,6 milhões.

Resultado Líquido

Como consequência dos itens analisados acima, o resultado líquido do exercício de 2011 foi um prejuízo de R\$391,2 milhões, em relação a um prejuízo de R\$100,7 milhões em 2010.

Análise dos Resultados do Exercício Social Encerrados em 31 de dezembro de 2010 comparados com o Exercício Social Encerrado em 31 de dezembro de 2009

Receita Operacional Bruta

A receita operacional bruta apresentou um crescimento de 28,8%, passando de R\$2.292,1 milhões em 2009 para R\$2.952,1 em 2010. Esse aumento foi decorrente do crescimento do mercado de venda de energia elétrica em 10,3%, da variação de 10,8% na tarifa média de fornecimento de energia elétrica ao consumidor final e aumento de 181,2% na receita de construção, que passou de R\$173,8 milhões em 2009 para R\$488,8 milhões em 2008. Vale acrescentar que essa receita é parte dos efeitos da adoção do IFRS (*International Financial Report Standard*), Normas Internacionais de Contabilidade, pela companhia, a partir de 31 de dezembro de 2010, e não constitui efeito real sobre o aumento da receita, uma vez que esses mesmos valores (tanto para 2009 quanto para 2010) aparecem no custo de operação, resultando em efeito zero no EBITDA. Retirando-se portanto os efeitos da receita de construção, o aumento da receita bruta seria de 16,3%, passando de R\$2.118,5 milhões em 2009 para R\$2.463,3 milhões em 2010.

Custo do Serviço

O custo do serviço de energia elétrica, composto de compra de energia e encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição, atingiu R\$852,8 milhões em 2010, portanto, 15,2% acima dos R\$740,3 milhões verificados em 2009. Esse crescimento foi consequência da combinação dos seguintes fatores: i. aumento de 3,8% na energia comprada para atendimento ao aumento da demanda (8.463 GWh em 2009 e 8.784 GWh em 2010); ii. aumento de 12,7% no preço médio para compra de energia; e iii. aumento de 3,5% nos custos dos encargos de uso do sistema.

Custo e Despesas da Operação

Nesse mesmo período, o custo de operação atingiu R\$840,0 milhões em 2010, representando um aumento de 82,8% em relação aos R\$459,4 milhões de 2009. No entanto, para uma correta análise, o custo de construção deve ser excluído desses totais, uma vez que existem as

respectivas contrapartidas (em 2009 e 2010) contabilizadas como receita. Assim, retirando-se esses efeitos, o custo de operação passou de R\$285,6 milhões em 2009 para R\$351,2 milhões em 2010, representando um aumento de 23,0%, influenciado principalmente pelo aumento de R\$54,7 milhões no custo de matéria-prima e insumos para produção de energia elétrica. Já as despesas operacionais, compostas de despesas com vendas, gerais e administrativas, aumentaram apenas 0,9%, passando de R\$214,0 milhões em 2009 para R\$216,1 milhões em 2010.

EBITDA

O EBITDA da companhia, que compreende o resultado do serviço acrescido da amortização, depreciação e perdas na alienação e desativação de bens e direitos, passou de R\$284,4 milhões em 2009 para R\$328,4 milhões em 2010, representando um aumento de 15,5%. Esse resultado foi influenciado principalmente pelo aumento da receita operacional líquida, já deduzida dos efeitos da receita de construção (que não influencia no EBITDA), indicando que os custos e despesas operacionais cresceram na mesma proporção da receita.

Resultado Financeiro

O resultado financeiro passou de uma despesa de R\$84,3 milhões em 2009 para uma despesa de R\$328,8 milhões em 2010, representando um aumento de R\$244,5 milhões de um período para o outro. As duas rubricas que mais influenciaram esse aumento foram:

- Variação monetária líquida (receita menos despesa) que passou de um resultado positivo (receita) de R\$94,2 milhões em 2009 para um resultado negativo (despesa) de R\$20,9 milhões em 2010, representando uma variação de R\$115,1 milhões, o principal fator impactante deste resultado foi o aumento do endividamento financeiro em 39,1% (R\$453,1 milhões).

- Redução de encargos financeiros oriundos dos parcelamentos de impostos, Lei 11.941/2009. Em 2009, foi registrado uma receita não recorrente de R\$134,6 milhões, devido ao benefício fiscal decorrente de parcelamento de tributos.

Resultado Líquido

Como consequência dos itens analisados acima, o resultado líquido do exercício em 2010 foi de um prejuízo de R\$100,7 milhões em relação ao lucro de R\$88,1 milhões em 2009.

Principais Alterações nas Contas Patrimoniais

Contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2011 comparados com 31 de dezembro de 2010

Ativo Circulante

Caixa e Equivalentes de Caixa

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo em caixa e equivalentes em caixa totalizam R\$208,8 milhões, comparados a R\$457,2 milhões, em 31 de dezembro de 2009. Tal redução de 54,3% (R\$248,4 milhões) é devido principalmente a utilização dos recursos provenientes do Fundo FI-FGTS – capitalização na holding Empresa de Energia Elétrica Vale Paranapanema S.A. - para investimentos no Plano de Melhorias da companhia.

Consumidores

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo da conta de consumidores foi de R\$627,6 milhões, comparados com R\$607,7 milhões, em 31 de dezembro de 2010. Tal aumento, pouco significativo, que consta líquido da provisão da perda no valor recuperável é de 3,3% (R\$19,9 milhões) que ocorreu principalmente em virtude do aumento da classe residencial de R\$68,0 e redução da classe serviço público de R\$11,5 milhões além do aumento de R\$34,4 milhões referente à provisão de perdas motivadas pelas questões sociais e econômicas do Estado do Pará.

Impostos e Contribuições Sociais a Compensar

Em 31 de dezembro de 2011, o montante de impostos e contribuições sociais a compensar correspondiam a R\$57,8 milhões, comparado aos R\$61,8 milhões de 31 de dezembro de 2010. Tal redução de 6,5% (R\$4,0 milhões) ocorreu principalmente devido a: (i) redução de R\$4,0 milhões referentes o ICMS a compensar apurado na aquisição de bens do ativo imobilizado que será recuperado em até 48 meses; e (ii) redução de R\$4,0 milhões, referentes ao saldo negativo de imposto de renda e contribuição social, que foram utilizados como crédito tributário.

Aquisição de Combustível – Conta CCC

Em 31 de dezembro de 2011 e em 31 de dezembro de 2010, a conta CCC da companhia era de R\$93,0 milhões e R\$67,9 milhões, respectivamente, representando um aumento de 37,0% (R\$25,1 milhões). Os valores registrados nessa conta não são gerenciáveis pela companhia e estão atrelados à compra de combustível para alimentação das usinas térmicas, que são despachadas de acordo com a demanda.

Outros

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo da conta Outros era de R\$103,8 milhões, comparados aos R\$92,0 milhões em 31 de dezembro de 2010. O que representa um aumento de 12,8% (R\$11,8 milhões), Tal aumento ocorreu principalmente pelas desativações em curso de R\$14,5 milhões, custos de geração térmica R\$19,5 milhões e a redução significativa nos títulos e valores mobiliários de R\$22,1 milhões.

Ativo Realizável a Longo Prazo

Consumidores

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo da conta de consumidores era de R\$20,4 milhões, comparados aos R\$26,7 milhões em 31 de dezembro de 2010, o que representa uma redução de 23,6% (R\$6,3 milhões), Tal redução ocorreu basicamente pela transferência de saldos para o curto prazo.

Empresas Relacionadas

Em 31 de dezembro de 2011, o realizável a longo prazo da companhia contabilizou R\$115,5 milhões, comparados aos R\$108,1 milhões em 31 de dezembro de 2010. Tal aumento de 6,8% (R\$7,4 milhões) foi pelo aumento do saldo a receber da companhia relacionada Rede Power do Brasil S.A referente à alienação de bens e direitos.

Impostos e Contribuições Sociais a Compensar

Em 31 de dezembro de 2011, o montante de impostos e contribuições sociais a compensar correspondiam, a R\$90,4 milhões, comparado aos R\$82,3 milhões de 31 de dezembro de 2010. Tal aumento de 9,8% (R\$8,1 milhões) ocorreu principalmente devido a crédito tributário de Cofins de R\$10,0 milhões originário de revisão do REFIS referente a depósitos judiciais relativos ao período de setembro/1998 a janeiro/1999, não convertidos em renda na consolidação do REFIS liquidado em setembro/2006.

Sub-rogação da CCC

O total da Sub-rogação CCC em 2011 foi de R\$175,8 milhões, o que representa um aumento de 26,9% (R\$37,3 milhões) em relação aos R\$138,5 milhões de 2010, Esse aumento refere-se à liberação do Investimento decorrente do valor adicional aprovado pelo Aneel para 1º fase da implantação do projeto elétrico de interligação da Ilha do Marajó ao Sistema Interligado Nacional – S/N, proporcionando a redução do dispêndio da CCC.

Ativo Intangível e Ativo Financeiro dos Contratos de Concessão

O total dos ativos intangíveis e financeiros em 2011 foi de R\$2.677,1 milhões, o que representa um aumento de 14,9% (R\$348,1 milhões) em relação aos R\$2.329,0 milhões de 2010, Esse aumento decorreu, principalmente, em virtude do aumento de R\$182,2 no ativo financeiro, que é a parte do imobilizado que não será amortizada durante o período da concessão e R\$165,8 referente aos Investimentos em Expansão e Melhoria do Sistema (Linhas, redes e subestações) no período.

Passivo Circulante

Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo da conta de fornecedores era de R\$325,5 milhões, comparados aos R\$242,5 milhões em 31 de dezembro de 2010, representando um aumento de 34,2% (R\$83,0 milhões), devido basicamente ao aumento de R\$54,2 milhões de suprimento de energia elétrica e R\$25,2 milhões de aquisição de combustível.

Impostos, Contribuições Sociais e Parcelamentos

Os impostos, contribuições sociais e parcelamentos da companhia totalizaram R\$350,4 milhões em 31 de dezembro de 2011 e R\$211,3 milhões em 31 de dezembro de 2010, representando um aumento de 65,8% (R\$139,2 milhões). Esse incremento foi devido ao aumento dos impostos correntes em R\$73,7 milhões, basicamente em razão do faturamento, e aumento nos parcelamentos de impostos em R\$65,5 milhões.

Empréstimos, Financiamentos e Encargos

Os empréstimos, financiamentos e encargos da companhia totalizaram R\$1.250,5 milhões em 31 de dezembro de 2011 e R\$588,7 milhões em 31 de dezembro de 2010, representando um aumento de 112,4% (R\$665,9), principalmente devido ao aumento de (i) aumento de R\$472,6 milhões no saldo de curto prazo dos bônus, devido a reclassificação desses empréstimos para o

curto prazo, em razão da Recuperação Judicial da companhia; (ii) aumento de R\$240,8 milhões no saldo do BNDES, também devido a reclassificação desse empréstimos, para o curto prazo.

Indenização Trabalhista

Em 31 de dezembro de 2010, as provisões para indenizações trabalhistas da companhia referentes a acordos judiciais em ações trabalhistas relacionadas a valores cobrados por conta do Plano Bresser e dos Planos de Classificação de Cargos e Salários - PCCS totalizaram R\$118,4 milhões, comparado aos R\$78,1 milhões em 31 de dezembro de 2010, representando um aumento de R\$40,4 milhões devido a transferência de saldo do longo para o curto prazo.

Passivo Exigível a Longo Prazo

Tributos Diferidos

Os tributos diferidos totalizaram R\$180,7 milhões em 31 de dezembro de 2011, representando uma redução de R\$26,3 milhões em relação aos R\$207,0 milhões em 31 de dezembro de 2010. Essa variação de 12,7% foi devida principalmente aos encargos tributários sobre reserva de reavaliação no valor de R\$17,2 milhões e às diferenças temporárias referente aos passivos regulatórios totalizando uma redução de R\$9,0 milhões conforme determina a legislação brasileira.

Empréstimos, Financiamentos e Encargos

Os empréstimos, financiamentos e encargos de longo prazo da companhia totalizaram R\$680,0 milhões em 31 de dezembro de 2011. Houve uma redução de R\$326,2 milhões em comparação aos R\$1.006,2 milhões apresentados em 31 de dezembro de 2010. Tal redução de 32,4%, Essa redução foi influenciada, principalmente, pelas reclassificações das dívidas para o curto prazo, conforme já comentado no parágrafo dos “empréstimos, financiamentos, arrendamento financeiro e debêntures” de curto prazo.

Empresas Relacionadas

Em 31 de dezembro de 2011, o exigível a longo prazo da companhia totalizou R\$176,2 milhões, comparados aos R\$136,4 milhões em 31 de dezembro de 2010. Tal aumento de 29,2% (R\$39,8 milhões) decorreu principalmente do contrato multilateral de mútuo com Centrais Elétrica Matogrossenses S.A.-Cemat no valor de R\$36,3 milhões.

Indenização Trabalhista

Em 31 de dezembro de 2011 o saldo das provisões para indenizações trabalhistas da Companhia referentes a acordos em ações trabalhistas relacionadas ao Plano Bresser e ao PCCS, citadas anteriormente, foram transferidas as parcelas para o curto prazo devido seu vencimento ser em até 12 meses.

Patrimônio Líquido

Em 31 de dezembro de 2011, o patrimônio líquido foi de R\$500,5 milhões, comparados aos R\$891,7 milhões em 31 de dezembro de 2010. Tal redução de 43,9% (R\$391,2 milhões) foi principalmente devido aos prejuízos acumulados totalizando uma variação de R\$357,7 milhões.

Contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2010 comparados com 31 de dezembro de 2009

Ativo Circulante

Caixa e Equivalentes de Caixa

Em 31 de dezembro de 2010, o saldo em caixa e equivalentes em caixa totalizam R\$457,2 milhões, comparados a R\$195,4 milhões, em 31 de dezembro de 2009. Tal aumento de 134,0% (R\$261,8 milhões) é devido principalmente a entrada de recursos provenientes do Fundo FI-FGTS – capitalização na holding Empresa de Energia Elétrica Vale Paranapanema S.A. –, captação de recursos juntos ao BNDES para investimentos no Plano de Melhorias da companhia, e recursos da Eletrobrás para investimentos no Programa Luz Para Todos.

Consumidores

Em 31 de dezembro de 2010, o saldo da conta de consumidores foi de R\$607,7 milhões, comparados com R\$431,4 milhões, em 31 de dezembro de 2009. Tal aumento de 40,9% (R\$176,3 milhões) ocorreu principalmente em virtude do aumento do faturamento, e aumento da inadimplência devido a questões sociais e econômicas do Estado do Pará bem como o aumento de R\$15,4 milhões referente a provisão de perdas principalmente em virtude do aumento de R\$11,4 milhões na classe residencial, aumento de R\$9,6 milhões na classe industrial, e diminuição de R\$3,9 milhões na classe comercial.

Impostos, Contribuições Sociais a Compensar

Em 31 de dezembro de 2010, o montante de impostos e contribuições sociais a compensar correspondiam a R\$61,8 milhões, comparado aos R\$83,1 milhões de 31 de dezembro de 2009. Tal redução de 25,6% (R\$21,3 milhões) ocorreu principalmente devido a: (i) redução de R\$12,5 milhões referentes ao PAEX (a companhia pleiteou uma revisão de valores incluídos no parcelamento de tributos, instituído pela Lei 11.941/09, a fim de excluir débitos consolidados em duplicidades. A decisão foi favorável e, portanto, o montante de R\$12,5 milhões foi retirado do ativo e também da sua contrapartida no passivo); e (ii) redução de R\$11,5 milhões, referentes ao saldo negativo de imposto de renda e contribuição social, que foram utilizados como crédito tributário.

Aquisição de Combustível – Conta CCC

Em 31 de dezembro de 2010 e em 31 de dezembro de 2009, a conta CCC da companhia era de R\$67,9 milhões e R\$72,5 milhões, respectivamente, representando uma redução de 6,3% (R\$4,6 milhões). Os valores registrados nessa conta não são gerenciáveis pela companhia e estão atrelados à compra de combustível para alimentação das usinas térmicas, que são despachadas de acordo com a demanda.

Ativo Realizável a Longo Prazo

Consumidores

Em 31 de dezembro de 2010, o saldo da conta de consumidores era de R\$26,7 milhões, comparados aos R\$33,8 milhões em 31 de dezembro de 2009, o que representa uma redução de 21,1% (R\$7,1 milhões), basicamente pela transferência de saldos para o curto prazo.

Empresas Relacionadas

Em 31 de dezembro de 2010, o realizável a longo prazo da companhia contabilizou R\$108,1 milhões, comparados aos R\$622,3 milhões em 31 de dezembro de 2009. Tal redução de 82,6% (R\$514,2 milhões) foi devido ao recebimento de R\$406,9 milhões de sua controladora QMRA Participações S.A. e recebimento de R\$112,1 milhões da holding Rede Energia S.A.. Essa amortização foi realizada com recursos provenientes do Fundo FI-FGTS.

Impostos e Contribuições Sociais Diferidos

Em 31 de dezembro de 2010, os créditos tributários diferidos da companhia totalizaram R\$89,8 milhões, comparados aos R\$110,1 milhões em 31 de dezembro de 2009. Tal diminuição de 18,5% (R\$20,3 milhões) é decorrente basicamente da utilização de créditos de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL para a quitação de juros e multas autorizado pelo parcelamento de tributos instituído pela Lei 11.941/09.

Ativo Intangível e Ativo Financeiro dos Contratos de Concessão

O total dos ativos intangíveis e financeiros em 2010 foi de R\$2.329,0 milhões, o que representa um aumento de 8,3% (R\$179,1 milhões) em relação aos R\$2.149,9 milhões de 2009, principalmente devido à variação de R\$95,8 milhões no ativo financeiro, que é a parcela indenizável ao final da concessão

Passivo Circulante

Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2010, o saldo da conta de fornecedores era de R\$242,5 milhões, comparados aos R\$219,3 milhões em 31 de dezembro de 2009, representando um aumento de 10,6% (R\$23,2 milhões), devido basicamente ao aumento do suprimento de energia elétrica e respectivos encargos para atendimento aos consumidores.

Impostos, Contribuições Sociais e Parcelamentos

Os impostos, contribuições sociais e parcelamentos da companhia totalizaram R\$211,3 milhões em 31 de dezembro de 2010 e R\$178,3 milhões em 31 de dezembro de 2009, representando um aumento de 18,5% (R\$33,0 milhões). Esse incremento foi devido ao aumento dos impostos correntes em R\$15,2 milhões, basicamente em razão do do faturamento, e aumento nos parcelamentos de impostos em R\$17,8 milhões.

Empréstimos, Financiamentos e Encargos

Os empréstimos, financiamentos e encargos da companhia totalizaram R\$588,7 milhões em 31 de dezembro de 2010 e R\$424,7 milhões, representando um aumento de 38,6% (R\$164,0), principalmente devido ao aumento de R\$8,9 milhões no saldo com a Eletrobrás (LPT e Universalização) e aumento de R\$161,6 milhões no capital de giro.

Indenização Trabalhista

Em 31 de dezembro de 2010, as provisões para indenizações trabalhistas da companhia referentes a acordos judiciais em ações trabalhistas relacionadas a valores cobrados por conta do Plano Bresser e do Planos de Classificação de Cargos e Salários - PCCS totalizaram R\$78,1 milhões, comparado aos R\$76,6 milhões em 31 de dezembro de 2009, representando um aumento de R\$1,5 milhão devido a transferência de saldo do longo para o curto prazo.

Passivo Exigível a Longo Prazo

Empréstimos, Financiamentos e Encargos

Os empréstimos, financiamentos e encargos de longo prazo da companhia totalizaram R\$1.006,2 milhões em 31 de dezembro de 2010. Houve um aumento de R\$270,9 milhões em comparação aos R\$735,3 milhões apresentados em 31 de dezembro de 2009. Tal aumento de 36,8%, refletiu principalmente: (i) incremento de R\$140,4 milhões no saldo com o BNDES, para investimentos; (ii) aumento de R\$99,4 milhões no saldo da Eletrobrás (IRD, LPT, Universalização); (iii) aumento de R\$94,1 milhões no capital de giro; e (iv) redução de R\$58,9 milhões no saldo do BID, devido a amortização do principal e variação cambial (ganho do real frente ao dólar).

Empresas Relacionadas

Em 31 de dezembro de 2010, o exigível a longo prazo da companhia totalizou R\$136,4 milhões, comparados aos R\$94,3 milhões em 31 de dezembro de 2009. Tal aumento de 44,7% (R\$42,1 milhões) decorreu principalmente da apropriação de juros no exercício e empréstimos perante as coligadas da Companhia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins, Companhia Nacional de Energia Elétrica e Companhia Força e Luz do Oeste que, juntas, somaram R\$58,3 milhões, compensado pelo recebimento de R\$18,5 milhões da coligada Centrais Elétricas Matogrossenses S.A.

Indenização Trabalhista

Em 31 de dezembro de 2010, as provisões para indenizações trabalhistas da Companhia referentes a acordos em ações trabalhistas relacionadas ao Plano Bresser e ao PCCS, citadas anteriormente, totalizaram R\$98,0 milhões, comparados aos R\$157,3 milhões de 31 de dezembro de 2009. Tal diminuição de 37,7% (R\$59,3 milhões) ocorreu devido às transferências de parcelas para o curto prazo a serem pagas nos próximos 12 meses com vencimento.

Encargos Tributários Sobre Reserva de Reavaliação

Os encargos tributários sobre reserva de reavaliação a recolher em longo prazo da companhia totalizaram R\$197,4 milhões em 31 de dezembro de 2010, representando um decréscimo 8,1% (R\$17,4 milhões), em relação aos R\$214,8 milhões em 31 de dezembro de 2009. Essa diminuição foi devido à realização da reserva de reavaliação, conforme determina a legislação brasileira.

Patrimônio Líquido

Em 31 de dezembro de 2010, o patrimônio líquido foi de R\$891,7 milhões, comparados aos R\$992,4 milhões em 31 de dezembro de 2009. Tal redução de 10,2% (R\$100,7 milhões) foi principalmente devido a redução da reserva de reavaliação em R\$33,8 milhões, redução das reservas de capital e lucro em R\$51,3 milhões, e prejuízo acumulado de R\$15,7 milhões.

10.2 Os diretores devem comentar:

a. resultados das operações do emissor, em especial:

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A receita da CELPA é, em sua maior parte, oriunda da venda de energia elétrica aos consumidores finais no Estado de Pará, que por sua vez são subdivididas em classes de consumo. A seguir faremos uma análise do comportamento dessas classes em 2011, em comparação a 2010.

O fornecimento de energia elétrica apresentou crescimento de 2,8% em relação ao exercício anterior, passando de 6.152 GWh em 2010 para 6.322 GWh em 2011. A classe residencial responsável por 38,9% do consumo total, apresentou evolução de 2,0%, passando de 2.411 GWh em 2010 para 2.460 GWh em 2011, e a classe comercial, a segunda mais representativa, com participação de 22,1% do consumo total, registrou um crescimento de 4,4%, passando de 1.338 GWh em 2010 para 1.397 GWh em 2011.

O desempenho observado nessas duas classes foi influenciado, principalmente, pelas condições climáticas registradas no Estado, com temperaturas mais amenas e aumento dos índices pluviométricos, quando comparado com 2010. Acrescentando-se a isso, no final de 2010, o Governo do Estado adotou medidas para contenção de crédito, o que acabou refletindo no consumo de energia dessas classes, que registraram crescimentos menos significativos no 1º semestre de 2011 (0,6% na classe residencial e 2,0% na classe comercial). No 2º semestre, portanto, as taxas médias foram superiores (3,4% na classe residencial e 6,6% na classe comercial), evidenciando uma recuperação. O consumo residencial médio apresentou queda de 3,9%, passando de 140 kWh/mês em 2010 para 135 kWh/mês em 2011.

A classe industrial, a terceira maior em representatividade, com uma participação de 20,9%, apresentou um crescimento de 2,7%. O desempenho dessa classe foi fortemente afetado pela paralisação parcial de um grande cliente do ramo da siderurgia (138 kV), nos meses de novembro e dezembro de 2011. Além disso, o desempenho da classe foi ainda influenciado pela crise financeira internacional de 2008 que, desde então, tem afetado as atividades industriais do Estado, em especial, os setores de metalurgia (ferro gusa) e madeireiro.

Os principais setores da classe industrial, alimentos e bebidas (com 27,6% de representatividade na classe), metalurgia (com 25,7%), Madeireiro (com 13,3%) e Minerais Não Metálicos (com 13,0%), registraram crescimentos anuais de 3,4%, -8,1%, 19,5% e 8,5%, respectivamente.

A classe rural cresceu 1,2% devido a concentração das ligações do Programa Luz para Todos ("LPT") na classe residencial de baixa renda a partir do final de 2010. Anteriormente, a maior parte das ligações do LPT concentrava-se na classe rural (subclasse residencial rural).

R\$ mil	2011	2010	2009
Receita operacional bruta	3.376.348	2.952.054	2.292.296
Deduções	(942.548)	(841.093)	(712.026)
Receita operacional líquida	2.433.800	2.110.961	1.580.270

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Um dos fatores que impactaram materialmente nos resultados operacionais da Celpa é do Ambiente Regulatório onde a ANEEL, por meio da Resolução Homologatória nº 1.188 de 02 de agosto de 2011, com vigência a partir de 07 de agosto de 2011, prorrogou a vigência das tarifas da CELPA, discriminadas no Anexo I e II-A da Resolução Homologatória nº 1.035, de 03 agosto de 2010, até o processamento definitivo da revisão tarifária desta concessionária.

Tal decisão foi tomada com base nas Resoluções Normativas nº 433 e 471, de 11 de abril e 20 de dezembro de 2011, respectivamente, que estabelecem os procedimentos a serem adotados no terceiro ciclo de revisões tarifárias das concessionárias de distribuição de energia elétrica.

Em função desta prorrogação, o processo da revisão tarifária periódica da CELPA deverá ser homologado até o dia 07 de agosto de 2012 e terá efeito retroativo ao período de 07 de agosto de 2011 a 06 de agosto de 2012.

O resultado operacional da CELPA além dos comentários mencionados acima, é afetado, principalmente pelos fatores abaixo enumerados. Esses fatores serão comentados a seguir de forma genérica, uma vez que as variações dos resultados, já foram comentadas em detalhes no Item 10.1 deste Relatório.

- i. Variação no volume de energia comprada para revenda, em decorrência do crescimento ou retração de mercado no fornecimento de energia elétrica;
- ii. Novos contratos de compra de energia elétrica (hidráulicas e térmicas), firmados em função do crescimento do mercado;
- iii. Aumento dos encargos de uso do sistema de transmissão devido principalmente ao aumento na tarifa de uso do encargo do Sistema Interligado Nacional, reajustado anualmente.
- iv. Aumento dos encargos setoriais do setor elétrico, que são contribuições definidas em Lei como parte das políticas de Governo para o Setor Elétrico. Seus valores são estabelecidos por Resoluções ou Despachos da ANEEL, para efeito de recolhimento pelas concessionárias dos montantes cobrados dos consumidores por meio das tarifas de fornecimento de energia elétrica;
- v. Disponibilidade de energia para o atendimento sem restrições ao mercado. Por exemplo, em 2001, a geração de energia não foi suficiente para atendimento da demanda, resultado em racionamento. Na ocasião, as companhias do setor tiveram suas receitas reduzidas entre 20% e 30%;
- vi. Condições econômicas no Brasil em geral e nas áreas de concessão da Companhia;
- vii. Resultados das disputas judiciais e contingências;
- viii. Variação cambial e de taxa de juros; e

b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

A receita requerida anual, que representa a receita necessária para as distribuidoras manterem o equilíbrio econômico-financeiro, é segregada em 2 parcelas para fins de sua determinação:

Parcela A: Compreende os custos “não-gerenciáveis” das distribuidoras, ou seja, os custos cujo montante e variância estão fora do controle e influência da Companhia, os quais, estão detalhados a seguir:

- Reserva Global de Reversão: Encargo pago mensalmente, no montante anual equivalente a 2,5% dos investimentos efetuados pela Companhia em ativos vinculados à prestação do serviço de eletricidade, limitando-se a 3% da receita anual. Tem finalidade principal de prover recursos para reversão/encampação dos serviços de energia elétrica, não se limitando a esses objetivos.
- CCC – Conta de Consumo de Combustível: Encargo que visa cobrir os custos anuais de geração termelétrica, cujo montante anual é fixado para cada empresa em função do seu mercado e necessidade do uso das usinas termelétricas.

- Taxa de Fiscalização: Encargo que tem a finalidade de constituir a receita da ANEEL para cobertura de suas despesas administrativas e operacionais. Este é fixado anualmente e pago mensalmente.
- PROINFA: Programa de Incentivo a Fontes Alternativas: Encargo para cobertura dos custos da energia elétrica produzida por empreendimentos de produtores independentes autônomos, concebidos com base em fontes eólicas, pequenas centrais elétricas e biomassa. Calculado anualmente pela ANEEL, e pago mensalmente pela Companhia.
- CDE – Conselho de Desenvolvimento Energético: Encargo com finalidade de prover recursos para o desenvolvimento e competitividade energética dos estados, bem como, a universalização do serviço de energia elétrica. Seu valor é fixado anualmente pela ANEEL.
- P&D : Pesquisa e Desenvolvimento: Referente à aplicação de 1% da receita operacional líquida anual, sendo no mínimo 0,75% em pesquisa e desenvolvimento e 0,25% em eficiência energética no setor elétrico.

Parcela B: Compreende os custos “gerenciáveis”, que são os custos inerentes as operações de distribuição de energia, estando assim sujeitos ao controle ou influência das práticas de gestão adotadas pela Companhia. Também inclui a remuneração do capital,(o qual é calculado sobre uma base de remuneração de ativos, acrescido da cota de depreciação regulatória), e também um percentual regulatório de receitas irrecuperáveis.

O contrato de concessão de distribuição de energia da Companhia estabelece a tarifa inicial e, prescreve os seguintes mecanismos de atualização tarifária:

- Reajuste tarifário anual: Objetiva restabelecer anualmente o poder de compra da receita obtida pela Companhia. Representa um ajuste referente as flutuações dos custos da Parcela “A” e a inflação (IGP-M) da Parcela “B” decrescido ou acrescido do Fator “X” (meta de eficiência para o próximo período).
- Revisão tarifária extraordinária: Pode ocorrer a qualquer momento quando acontecer um desequilíbrio econômico-financeiro no acordo de concessão.
- Revisão tarifária periódica: Objetiva analisar, a cada 5 anos, o equilíbrio financeiro-econômico da concessão. O processo se dá através da revisão da receita necessária para cobertura dos custos operacionais eficientes e a remuneração adequada sobre os investimentos realizados com prudência.

A revisão tarifária periódica tem seu mecanismo conduzido em 2 etapas. Na primeira etapa, o chamado reposicionamento tarifário, que se baseia na definição da parcela da receita necessária para coberta dos custos operacionais eficientes, dado um nível de qualidade do serviço e uma remuneração sobre os investimentos realizados com prudência. A segunda etapa consiste no cálculo do Fator “X”, que estabelece metas de eficiência para o próximo período.

c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

A situação financeira e o resultado das operações da Companhia são afetados pela inflação, pelas tarifas praticadas nos leilões de venda de energia que refletem oferta e demanda, além das características da fonte da energia comercializada, as oscilações nas tarifas cobradas dos consumidores e os encargos setoriais ambos homologados anualmente pela ANEEL, sendo que as variações são reconhecidas nas tarifas cobradas dos consumidores por meio do mecanismo de CVA. Desta forma, a maioria de seus custos e despesas é denominada em Reais e está atrelada

aos índices de medição da inflação, exceto pela tarifa de compra de energia das quotas de Itaipu que é denominada em dólar, sendo as variações da taxa de câmbio desse contrato também são reconhecidas nas tarifas de distribuição por meio do mecanismo da CVA. Além disso, a Companhia está exposta às taxas de juros cobradas nos financiamentos e não possui dívida denominada em moeda estrangeira.

Todos esses impactos sobre o resultado da CELPA estão comentados no Item 10.1 deste Relatório.

10.3 Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a) introdução ou alienação de segmento operacional

Não há até esta data, expectativa de introdução ou alienação futura de segmento operacional.

b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária eventos ou operações não usuais

Não aplicável.

c) Eventos ou operações não usuais.

Não aplicável.

10.4 Os diretores devem comentar:

a) Mudanças significativas nas práticas contábeis.

Não aplicável.

10.5 Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros.

1. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a. Declaração de conformidade (com relação as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro - IFRS)

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), as quais abrangem a legislação societária brasileira, as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e normas aplicáveis às concessionárias de serviço público de energia elétrica, definidas pelo poder concedente, a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Essas demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações Técnicas (coletivamente “CPCs”) emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) adotados no Brasil e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Os instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo;
- Os instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras divulgadas nas demonstrações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração realize estimativas para determinação e registro de certos ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre suas demonstrações financeiras. Tais estimativas são feitas com base no princípio da continuidade e suportadas pela melhor informação disponível na data da apresentação das demonstrações financeiras, bem como na experiência da Administração. As estimativas são revisadas continuamente e quando novas informações se tornam disponíveis ou as situações em que estavam baseadas se alterem. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as

estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As estimativas podem vir a divergir para com o resultado real. As principais estimativas se referem:

- Provisões;
- Perda no valor recuperável;
- Imposto de renda e contribuição social diferidos;
- Ativo financeiro – bens da concessão;
- Vida útil de ativo intangível;
- Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo, inclusive derivativos;
- Passivos contingentes; e
- Planos de pensão.

e. Gestão do capital

A Companhia busca alternativas de capital com o objetivo de satisfazer as suas necessidades operacionais, objetivando uma estrutura de capital que leve em consideração parâmetros adequados para os custos financeiros, os prazos de vencimento das captações e suas garantias.

A Companhia acompanha seu grau de alavancagem financeira, o qual corresponde a dívida líquida, incluindo empréstimos de curto e longo prazo, dividida pelo capital total.

Informações pertinentes aos riscos inerentes a operação da Companhia e a utilização de instrumentos financeiros para dirimir esses riscos, bem como as políticas e riscos relacionados aos instrumentos financeiros, estão descritos na nota explicativa nº 21.

2. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

As práticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

Ativos e passivos financeiros:

a. Reconhecimento e Mensuração: A Companhia reconhece os instrumentos financeiros nas suas demonstrações financeiras quando, e apenas quando, ela se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo, e após o reconhecimento inicial, a Companhia mensura os ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, somados aos custos de transação que sejam diretamente atribuídos à aquisição ou emissão do ativo ou passivo financeiro, pelo custo ou pelo custo amortizado, quando esses instrumentos financeiros são classificados de acordo com sua data de liquidação (mantidos até o vencimento e empréstimos e recebíveis).

b. Classificação: A Companhia classifica os ativos e passivos financeiros sob as seguintes categorias: (i) Mensurados ao valor justo por meio do resultado, (ii) Mantidos até o vencimento e (iii) Empréstimos e recebíveis.

i. Mensurados ao valor justo por meio do resultado: são instrumentos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda a curto prazo. Os derivativos também são caracterizados como mantidos para negociação, a menos que tenha sido designado como instrumento de proteção (*hedge*).

ii. Mantidos até o vencimento: são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos para os quais a Companhia tem a intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento.

iii. Empréstimos e recebíveis: são ativos e passivos financeiros não derivativos com pagamentos fixos determináveis que não estão cotados em mercado ativo.

c. Avaliação de recuperabilidade de ativos financeiros: Os ativos financeiros são avaliados a cada data do balanço, identificando se são totalmente recuperáveis ou se há perda de *impairment* para esses instrumentos financeiros.

Caixa e Equivalentes de Caixa: Caixa compreende numerário em espécie e depósitos bancários disponíveis. Equivalentes de caixa são aplicações financeiras de curto prazo, alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa estando sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. A mesma definição é utilizada na Demonstração do Fluxo de Caixa.

Consumidores: Incluem o fornecimento de energia elétrica faturado e a faturar a consumidores finais, uso da rede, serviços prestados, acréscimos moratórios e a outras concessionárias pelo suprimento de energia elétrica conforme montantes disponibilizados pela CCEE.

Perda no valor recuperável (*impairment*): Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou da unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado e quando um evento subsequente indica reversão da perda, a diminuição é revertida e registrada no resultado.

a. Ativos financeiros: Constituída após avaliação sobre a existência de evidência objetiva acerca da possibilidade de perda no valor recuperável de recebíveis. Tal evidência é advinda de eventos ocorridos após o reconhecimento do ativo que afetem o fluxo de caixa futuro estimado, tendo como base a experiência da Administração. A análise sobre a evidência é feita individualmente para casos mais significativos e coletivamente para os demais casos.

b. Ativos não financeiros: Todo final de período a Companhia avalia se existem evidências objetivas de que os ativos da concessão, estejam desvalorizados, sendo levado em conta fatores internos e externos. Caso existam evidências, o teste de recuperabilidade econômica é realizado. Ativos intangíveis com vida útil indefinida e, ainda os não disponíveis para uso são testados anualmente, sempre na mesma data, independente da existência de evidências.

A Companhia utiliza o valor em uso como métrica de cálculo do valor recuperável, pois em sua maioria, os testes de recuperabilidade são realizados no nível de concessão, onde esta representa a menor unidade geradora de caixa. As projeções do fluxo de caixa se baseiam nos orçamentos e planos de negócios aprovadas pela Companhia para um período de 5 anos, posteriormente são utilizadas taxas constantes. A taxa de desconto utilizada é 12,81%, que representa o WACC real setorial.

Ajuste a Valor Presente: Os ativos e passivos de longo prazo, bem como, os de curto prazo caso relevante, são ajustados a valor presente. Os principais efeitos apurados estão relacionados com as rubricas “Consumidores”, “Tributos a Recuperar” e “Indenizações Trabalhistas”. As taxas de

descontos refletem as taxas utilizadas para riscos e prazos semelhantes aos utilizados pelo mercado, equivalente a 12,81%, que representa o WACC real setorial.

Estoque (inclusive do ativo intangível em curso): Os materiais em estoque classificados no ativo circulante (almoxarifado de manutenção e administrativos) e aqueles destinados a investimento classificados no ativo intangível em curso (depósito de obra) estão registrados ao custo médio de aquisição.

Investimentos: Inclui propriedades para investimentos que representam os bens não utilizados no objetivo da concessão, mantidos para valorização ou renda. A propriedade para investimento é mensurada pelo custo no reconhecimento inicial e subsequentemente ao valor justo. Alterações no valor justo são reconhecidas no resultado.

Intangível: Incluem o direito de uso dos bens integrantes dos contratos de concessão até o final da concessão. A amortização reflete o padrão de consumo dos bens em relação aos benefícios econômicos esperados dentro do prazo da concessão, e é reconhecida na rubrica de Custo de Operação e Despesas Operacionais.

Contratos de concessão: Os contratos de concessão são reconhecidos como ativo intangível e ativo financeiro. O valor do ativo intangível dos contratos de concessões representa o custo amortizado dos bens que compõem a concessão limitados ao final da concessão. Tais ativos são mensurados pelo valor reavaliado em agosto de 2001, com revisão em maio de 2005, exceto para os grupos de automóveis, caminhões e móveis e utensílios. O custo compreende o preço de aquisição (acrescido de impostos não recuperáveis sobre a compra, depois de deduzidos os descontos comerciais e abatimentos) e quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessárias para este ser capaz de funcionar da forma pretendida pela Administração. A amortização do ativo intangível dos contratos de concessão representa a depreciação regulatória dos bens individuais. Os ativos intangíveis dos contratos de concessões têm o seu valor testado para perda de recuperabilidade econômica, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. A amortização é reconhecida na rubrica de custo de operação e despesas operacionais. O ativo financeiro refere-se aos investimentos realizados e previstos no contrato de concessão e não amortizados até o final da concessão por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente, decorrente da aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão e a Orientação Técnica OCPC 05 - Contratos de concessão. Ele é reconhecido pelo custo residual não amortizado e o valor somente é alterado por meio de atualizações, adições, baixas e transferências ao longo do prazo de concessão.

Obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica: Representam os valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e as subvenções destinadas a investimento no serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição, cuja quitação ocorrerá ao final da concessão. Essas obrigações estão registradas em grupo específico no passivo não circulante, e estão sendo apresentadas como dedução do Ativo Financeiro e Ativo Intangível da concessão, dadas suas características de aporte financeiro com fins específicos de financiamentos para obras.

Subvenção e assistência governamental: As subvenções governamentais, se recebidas, serão reconhecidas como receita ao longo do período, confrontadas com as despesas que pretende compensar em uma base sistemática. Os valores a serem apropriados no resultado serão destinados a Reserva de Incentivos Fiscais. Atualmente a Companhia não possui subvenções e assistências governamentais.

Reserva de reavaliação (outros resultados abrangentes): A sua realização se dá em proporção à amortização, e alienação dos bens integrantes da concessão, sendo transferida para a conta de lucros acumulados, líquida dos efeitos do imposto de renda e da contribuição social. A Companhia

optou por manter os saldos existentes das reservas de reavaliação até a sua efetiva realização, conforme permitido no art. 6º da Lei nº 11.638/2007.

Arrendamento mercantil: Os arrendamentos mercantis são segregados entre os operacionais e os financeiros. Quando o arrendamento é classificado como financeiro, ou seja, seus riscos e benefícios são transferidos, este é reconhecido como um ativo e mensurado inicialmente pelo seu valor justo ou pelo valor presente dos pagamentos mínimos, entre eles o menor, e depreciados normalmente. O passivo subjacente é amortizado utilizando a taxa efetiva de juros. Quando o arrendamento é classificado como operacional, ou seja, seus riscos e benefícios não são transferidos, os pagamentos efetuados sob arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento.

Empréstimos e financiamentos: Estão atualizados pela variação monetária e/ou cambial, juros e encargos financeiros, determinados em cada contrato, incorridos até a data de encerramento do balanço. Os custos de transação estão deduzidos dos empréstimos/financiamentos correspondentes. Esses ajustes são apropriados ao resultado pela taxa efetiva de juros do período em despesas financeiras, exceto pela parte apropriada ao custo do ativo intangível em curso.

Transações em moeda estrangeira: Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do exercício, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o exercício, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do exercício de apresentação. Ativos e passivos não monetários denominados em moedas estrangeiras que são mensurados pelo valor justo são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi apurado.

Instrumentos financeiros derivativos: A Companhia firmou contratos derivativos com o objetivo de administrar os riscos associados a variações nas taxas cambiais e de juros. Os referidos contratos derivativos são contabilizados pelo regime de competência e estão mensurados a valor justo por meio de resultados. Os diferenciais a receber e a pagar referentes aos instrumentos financeiros derivativos, ativos e passivos, são registrados em contas patrimoniais de "Operações de *swap*" e o resultado apurado na conta "Receitas e Despesas Financeiras" (resultado) e/ou intangível em curso (quando da construção do imobilizado operacional da concessão). Os ganhos e perdas auferidos ou incorridos em função do valor justo desses contratos são reconhecidos como ajustes em receitas ou despesas financeiras. Os contratos derivativos da Companhia são, em sua maioria, com instituições financeiras de grande porte e que apresentam grande experiência com instrumentos financeiros dessa natureza. A Companhia não tem contratos derivativos com fins especulativos.

Valor justo: É a quantia pela qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes conhecedoras e dispostas a isso em transação sem favorecimento. A hierarquia do valor justo deve ter os seguintes níveis:

- Nível 1: preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos;
- Nível 2: *inputs* diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços); e
- Nível 3: *inputs* para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Custo de empréstimos: Compreendem os juros e outros custos incorridos em conexão com empréstimos de recursos para aquisição, construção ou produção de um ativo, que leve um período substancial de tempo para ficar pronto para seu uso pretendido. Esses custos começam a ser capitalizados quando a Companhia incorre em gastos, custos de empréstimos e as atividades de construção estejam iniciadas, cessando quando substancialmente todas as atividades necessárias estiverem completas. Para empréstimos específicos, o montante capitalizado é o efetivamente incorrido sobre tais empréstimos durante o período, deduzidos de qualquer receita financeira decorrente do investimento temporário dos mesmos. Para empréstimos genéricos, aplica-se a taxa ponderada dos respectivos custos sobre o saldo vigente, aplicando esta taxa sobre o valor do ativo em construção, sendo esta capitalização limitada ao valor recuperável do ativo.

Provisões para contingências: Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de um evento passado, cujo valor possa ser estimado de maneira confiável sendo provável uma saída de recursos. O montante da provisão reconhecida é a melhor estimativa da Administração e dos assessores legais, baseados em pareceres jurídicos sobre os processos existentes e do desembolso exigido para liquidar a obrigação presente na data do balanço. Quando a provisão envolve uma grande população, a obrigação é estimada ponderando todos os possíveis desfechos pelas suas probabilidades associadas. Para uma obrigação única a mensuração se baseia no desfecho mais provável.

Outros direitos e obrigações: Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes que estão sujeitos a variação monetária ou cambial por força de legislação ou cláusulas contratuais, estão atualizados com base nos índices previstos nos respectivos dispositivos, de forma a refletir os valores na data das demonstrações financeiras.

Imposto de renda e contribuição social: A provisão para imposto de renda e contribuição social corrente é calculada com base no lucro tributável e na base de cálculo da contribuição social, de acordo com as alíquotas vigentes na data do balanço. Sobre as diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social são constituídos impostos diferidos. Os ativos e passivos diferidos são registrados nos ativos e passivos não circulantes. Os impostos diferidos serão realizados com base nas alíquotas que se espera serem aplicáveis no período que o ativo será realizado ou, o passivo liquidado. Tais ativos e passivos não são descontados a valor presente. Os prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social podem ser compensados anualmente, observando-se o limite de até 30% do lucro tributável para o exercício. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada encerramento de exercício e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

De acordo com o art. 15 da Lei 11.941/2009, que institui o Regime Tributário de Transição ("RTT") de apuração do Lucro Real, a Companhia considerou a opção pelo RTT aplicável ao biênio 2008-2009, por meio do envio da Declaração de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica - DIPJ 2009, relativo ao ano- calendário de 2008. A partir do ano-calendário de 2010, a adoção ao RTT passou a ser obrigatória.

Plano de aposentadoria e pensão: A Companhia possui plano de aposentadoria e pensão, sendo este contabilizado conforme sua classificação, contribuição definida ou benefício definido. O plano de contribuição definida é aquele que a Companhia paga contribuições fixas a uma entidade separada, não tendo a obrigação legal ou não formalizada de pagar contribuições adicionais se o fundo não possuir ativos suficientes para pagar todos os benefícios devidos. Já o de benefício definido compreende todos os planos que não sejam classificados como contribuição definida.

A contribuição da Companhia para o plano de contribuição definida é reconhecida na demonstração do resultado como custo e/ou despesas com pessoal, sendo que nenhum ativo ou passivo é reconhecido.

O plano de benefício definido tem sua contabilização baseada em avaliações atuárias sendo o valor presente das obrigações calculado pelo Método Unitário Projetado. A Companhia se utiliza de atuários qualificados independentes anualmente.

Receita líquida de vendas: As receitas de fornecimento de energia elétrica são mensuradas com base no regime de competência, sendo reconhecida no momento em que os riscos e benefícios são transferidos, ou seja, no momento da entrega da energia. Assim, inclui a quantificação estimada do fornecimento de energia elétrica da última medição (emissão fatura) até o encerramento das demonstrações financeiras.

Registro das operações de compra e venda de energia na CCEE - Câmara de Comercialização de Energia Elétrica: As compras (custo de energia comprada) e as vendas (receita de suprimento) são registradas pelo regime de competência de acordo com as informações divulgadas pela CCEE, entidade responsável pela apuração das operações de compra e venda de energia. Nos meses em que essas informações não são disponibilizadas em tempo hábil pela CCEE, os valores são estimados pela Administração da Companhia, utilizando-se de parâmetros disponíveis no mercado.

Receita e custo de construção: O custo de construção das obras relativas a distribuição de energia elétrica, é baseado na percentagem completada da obra, sendo determinada com base nos custos incorridos até a data. Não existe margem de lucro, assim a receita de construção é igual ao custo de construção.

Receitas e despesas financeiras: As receitas financeiras referem-se principalmente a receita de aplicações financeiras, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e ganhos nos instrumentos de *hedge* que são reconhecidos no resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado por meio do método de juros efetivos. As despesas financeiras abrangem principalmente encargos, variação cambial e variação monetária sobre empréstimos e financiamentos, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e perdas nos instrumentos de *hedge* que são reconhecidos no resultado. Os custos dos empréstimos são reconhecidos no resultado por meio do método de juros efetivos.

Informações sobre quantidade de ações e resultado por ação: O resultado básico por ação deve ser calculado dividindo-se o lucro ou prejuízo do exercício (o numerador) pelo número médio ponderado de ações em poder dos acionistas, menos as mantidas em tesouraria (denominador).

Demonstrações de valor adicionado: A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme práticas contábeis adotadas no Brasil aplicável às companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

Novas normas e interpretações ainda não adotadas: Diversas normas, emendas e interpretações IFRSs emitidas pelo IASB (*International Accounting Standards Board*) ainda não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31/12/2011, sendo elas:

- Emenda da IAS 01 – Apresentação das Demonstrações Contábeis (CPC 26 - R1): Conceitos e forma de apresentação dos resultados abrangentes. Vigência 1/7/2012;
- Emenda da IAS 12 – Tributos sobre o lucro (CPC 32): Recuperação de ativos mensurados pelo valor justo. Vigência 1/1/2012;
- Emenda da IAS 19 – Benefícios a empregados (CPC 33): Ganhos e perdas atuariais imediatamente reconhecidas em outros resultados abrangentes. Vigência 1/1/2013;

- Emenda da IAS 27 – Demonstrações Financeiras Consolidadas (CPC 36 - R2): Estabelece a contabilização e divulgação de investimentos em subsidiárias, *joint ventures*, e coligadas quando uma entidade optar, ou for exigida pelos regulamentos locais, apresentar demonstrações financeiras separadas. Vigência em 1/1/2013;
- Emenda da IAS 28 - Investimento em Coligada e em Controlada (CPC 18): Prescreve a contabilização de investimentos em associadas e estabelece os requisitos para a aplicação do método de equivalência patrimonial quando contabilização de investimentos em coligadas e *joint ventures*. Vigência 1/1/2013;
- Emenda da IAS 32 – Instrumentos Financeiros: Apresentação (CPC 39): Apresentar requerimentos para compensação de ativos financeiros e passivos financeiros. Vigência 1/1/2014;
- Emenda da IFRS 7 (emitida em outubro/2010) – Instrumentos financeiros: Evidenciação (CPC 40): Divulgação das informações que permitam aos usuários entender a relação entre os ativos financeiros transferidos que não são desreconhecidos na sua totalidade e os passivos associados e avaliar a natureza e os riscos associados com o envolvimento contínuo da entidade com o ativo financeiro desreconhecido. Vigência 1/7/2011;
- Emenda da IFRS 7 (emitida em dezembro/2011) – Instrumentos financeiros: Evidenciação (CPC 40): Estabelece novas divulgações a respeito de compensação de saldos de ativos e passivos financeiros. Vigência 1/1/2013;
- IFRS 9 – Instrumentos financeiros: Reconhecimento e Mensuração (CPC 38): Mantém mas simplifica o modelo de mensuração mista e estabelece duas categorias de mensuração para ativos financeiros: custo amortizado e valor justo. Vigência 1/1/2015;
- IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas: Modelo único a ser aplicado na análise de controle para todas as investidas. Vigência 1/1/2013;
- IFRS 11 – Investimento em Empreendimento Controlado em Conjunto: É extraído da IAS 31 (CPC 19) as entidades controladas em conjunto, em que, embora haja veículos separados, essa separação não é efetiva por alguma razão; e, as entidades que não se enquadrem como uma operação conjunta, deverão ser contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial e não é mais permitida a consolidação proporcional. Vigência 1/1/2013;
- IFRS 12 – Divulgação de investimentos em outras entidades: Requerimentos de divulgação para entidades que possuem participações em subsidiárias, *joint arrangements*, coligadas e/ou entidades não consolidadas. Vigência 1/1/2013;
- IFRS 13 – Mensuração do valor justo: Estabelece critérios de mensuração e divulgação do valor justo quando for requerido ou permitido por outros IFRS. Vigência 1/1/2013;

O CPC ainda não emitiu pronunciamentos ou revisões equivalentes às IFRS/IAS acima citadas. A adoção antecipada destes pronunciamentos está condicionada a aprovação prévia em ato normativo da Comissão de Valores Mobiliários – CVM. A Companhia não estimou a extensão do impacto destas novas normas em suas demonstrações financeiras.

Reclassificações e correções: Algumas reclassificações e correções foram efetuadas para melhor apresentação das demonstrações financeiras comparativas, conforme o CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.

Demonstrações dos resultados abrangentes: As demonstrações dos resultados abrangentes não estão sendo divulgadas, uma vez que a Companhia não apurou transações que envolvam

registros em outros resultados abrangentes que impactam o resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e 2010.

10.6 Com relação aos controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, os diretores devem comentar:

a) grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las.

A Companhia atende aos padrões de governança corporativa e considera seus controles internos suficientes para o tipo de atividade e o volume de transações que opera. A Administração está empenhada no constante aprimoramento, efetuando constantes revisões, visando a melhoria contínua de seus processos.

b) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente.

Como parte dos exames das demonstrações financeiras pelos auditores independentes, relativos aos exercícios de 2008, 2009 e 2010, foram elaborados relatórios de controles internos com algumas recomendações, as quais não representaram nenhum comprometimento no desenvolvimento das atividades da Companhia. Estas recomendações foram discutidas com os auditores, e quando aplicáveis, foram adotadas como procedimentos de aperfeiçoamento dos controles da Companhia.

10.7 Caso o emissor tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários, os diretores devem comentar:

BONDS: em junho/2011 foi emitido papel no mercado externo no montante de US\$250,0 milhões com taxa de 10,5% a.a., com pagamentos dos juros semestrais e o principal com pagamento único em junho/2016. Os BONDS são negociados na Irish Stock Exchange (Bolsa de Valores da Irlanda).

a) como os recursos resultantes da oferta foram utilizados.

Os recursos desta operação serão utilizados para pagamentos de operações de curto prazo e com custos mais altos. A utilização dos recursos até dezembro/2011 foi a seguinte:

Valor liberado	395.987
Comissão de estruturação	(8.286)
Liquidação antecipadas de contratos	(224.882)
Pagamentos de parcelas com vencimento em jun/2011	(28.037)
Antecipação de parcelas com vencimento em jul/2011	(13.191)
Pagamentos de parcelas com vencimento em jul/2011	(42.389)
Pagamentos de parcelas com vencimento em ago/2011	(26.632)
Pagamentos de parcelas com vencimento em set/2011	(21.243)
Pagamentos de parcelas com vencimento em out/2011	(22.808)
Pagamentos de parcelas com vencimento em nov/2011	(8.519)
Saldo disponível	-

b) se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição.

Não houve desvios de qualquer natureza.

c) caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios.

Não aplicável.

10.8 Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

a) os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

- i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos
- ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos
- iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços
- iv. contratos de construção não terminada
- v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

A Companhia não possui ativos ou passivos que não estejam refletidos nas demonstrações financeiras e suas notas explicativas.

b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

Não aplicável.

10.9 Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicadas no item 10.8, os diretores devem comentar:

a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor.

Conforme mencionado no item 10.8 acima, não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

b) natureza e o propósito da operação.

Conforme mencionado no item 10.8 acima, não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação.

Conforme mencionado no item 10.8 acima, não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

10.10. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a. investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

O quadro abaixo demonstra os investimentos realizados nos últimos 3 anos pela CELPA:

R\$ mil	2.011	2.010	2.009
Programa Luz Para Todos	165.273	310.840	183.877
Interligação da Ilha de Marajó	37.320	78.105	60.404
Redução de Perdas	137.444	85.040	23.240
Linhas e subestações de distribuição	59.048	25.181	15.641
Manutenção e melhorias do sistema	253.243	186.437	81.644
Total	652.328	685.603	364.806

Os programas atualmente em andamento estão relacionados a seguir:

PROGRAMA LUZ PARA TODOS ("LPT") e PROGRAMA NACIONAL DE UNIVERSALIZAÇÃO: em 2011, 2010 e 2009, respectivamente, a companhia investiu R\$165,3, R\$310,8 e R\$183,9 milhões, perfazendo um total de R\$660,0 milhões, nesses três anos. A principal característica desses Programas é possibilitar o acesso e uso da energia elétrica, a todos os cidadãos domiciliados nas áreas urbanas e rurais do Estado. Os recursos para atendimento do LPT são provenientes da Reserva Global de Reversão ("RGR"), Conta de Desenvolvimento Energético ("CDE"), Estado e Fonte Própria.

INTERLIGAÇÃO DA ILHA DE MARAJÓ: esse projeto prevê a interligação do Sistema Isolado da Ilha de Marajó ao Sistema Interligado Nacional, através da extensão da rede elétrica de Tucuruí até a Ilha do Marajó. Em 2011, 2010 e 2009, a CELPA investiu R\$37,3, R\$78,1 e R\$60,4 milhões, respectivamente, perfazendo um total de R\$175,8 milhões, nesses três anos, com recursos provenientes de recursos subsidiados pela sub-rogação CCC.

PROGRAMA DE REDUÇÃO DE PERDAS: são verbas destinadas exclusivamente para o programa de combate às perdas técnicas e não técnicas da CELPA. Em 2011, 2010 e 2009, foram investidos R\$137,4, R\$85,0 e R\$23,2 milhões, respectivamente, perfazendo um total de R\$245,6 milhões, nesses três anos.

LINHAS E SUBESTAÇÕES DE DISTRIBUIÇÃO e MANUTENÇÃO / MELHORIAS NO SISTEMA são investimentos vegetativos, feitos com caixa próprios, ou com recursos financiados por bancos privados ou estatais, destinados a manutenção, ampliação e melhorias do sistema elétrico da Companhia. Esses investimentos foram de R\$312,2, R\$211,6 e R\$97,3 milhões, respectivamente, em 2011, 2010 e 2009.

ii. fontes de financiamento dos investimentos

Os recursos para Programa Luz Para Todos são provenientes da Reserva Global de Reversão ("RGR"), Conta de Desenvolvimento Energético ("CDE"), Governo do Estado do Pará e Fonte Própria (15% é feito com caixa próprio). Os programas de interligação, como o caso da Ilha do Marajó, possui fonte integralmente subsidiada (sub-rogação CCC) e os demais programas, como redução de perdas e manutenção do sistema elétrico, tem como fonte, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), bancos privados, BNDES e fonte própria.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não houveram desinvestimentos significativos nos últimos três anos.

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não há qualquer aquisição em vista que influenciará materialmente a capacidade produtiva das subsidiárias da Companhia, além daqueles intrinsecamente necessários à manutenção da concessão, como: transformadores, postes, subestações, linhas de rede, etc.

c. novos produtos e serviços, indicando:

i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Com o crescimento constante do furto de energia, seja por irregularidade na medição ou por desvio, a empresa passou a contar com uma nova ferramenta de combate: a Caixa de Medição Blindada (CMB), que consiste em um quadro de medição com capacidade para atender entre 60 e 100 unidades consumidoras simultaneamente, composto de concreto e folhas metálicas, sensores de quebra de vidro, vibração e abertura de porta. O projeto piloto contou com a instalação de 12 caixas no município de Marituba, área metropolitana de Belém. Posteriormente, o projeto foi expandido para o alimentador AM-03, onde existem 64 caixas instaladas (algumas ainda parcialmente instaladas), dentre as quais podemos destacar uma perda mensal de menos de 1% por CMB. Esse é um produto exclusivamente desenvolvido para o combate às perdas na área de concessão da CELPA.

ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

A CELPA investiu em 2011, 2010 e 2009, respectivamente, R\$16,5, R\$15,4 e R\$13,7 milhões em programas de pesquisa & desenvolvimento, relacionados com a produção e operação da concessionária. Esses investimentos são compostos pelos seguintes programas: Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), Estudo de Eficiência Energética (EPE), Programa de Eficiência Energética (PEE), e Programa de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D).

iii. projetos em desenvolvimento já divulgados

Implantação do Programa Evoluir a partir do primeiro semestre de 2009. Esse Programa tem por objetivo a integração das diversas iniciativas da Companhia e suas controladas, por meio de um único programa de transformação da gestão e operação. O objetivo é promover mais transparência e agilidade na tomada de decisões estratégicas, contribuindo para o desenvolvimento e o crescimento da Companhia, suas Controladas e colaboradores. O Programa é subdividido em sete projetos:

1. CSC – Centro de Serviços Compartilhados, já implementado, que visa a uniformização dos processos contábeis, fiscais e financeiros;
2. EPC – Estruturação do Processo de Cobrança, cujo objetivo é a criação de uma área de cobrança corporativa, responsável pela elaboração de estratégias, implementação de melhorias, definição das políticas, normas e gestão de indicadores;
3. EOE – Estruturação da Operação de Engenharia, que pretende melhorar a eficiência da área operacional, a partir do aprimoramento das estruturas de engenharia e distribuição das controladas pela Companhia;

4. MCPSE – Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico, que visa o atendimento às exigências do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico, por meio da atualização e manutenção do cadastro técnico, operacional e patrimonial;

5. PRODIST – Procedimentos de Distribuição, que tem por finalidade a adequação dos procedimentos, com o objetivo de atender as determinações da ANEEL;

6. Criação de um novo CALL CENTER, visando o aumento da qualidade do atendimento; e

Implantação do sistema SAP, com o objetivo de modernizar as ferramentas de gestão empresarial.

iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Desde a implantação do projeto das Caixas de Medição Blindadas (CMB), em julho de 2011 (projeto comentado no Item 10.10(c.i) deste Relatório), a CELPA investiu R\$1,3 milhão até 31 de dezembro de 2011.

10.11. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens anteriores.

CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARÁ S.A. – CELPA (“Em Recuperação Judicial”)

CNPJ/MF nº 04.895.728/0001-80

NIRE 15.300.007.232

Companhia Aberta

Belém - PA, 24 de abril de 2012.

DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO

(Conforme informações indicadas no anexo 9-1-II da Instrução CVM 481/09).

(Valores expressos em milhares de reais)

- 1. Informar o lucro líquido do exercício**
A Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA. registrou prejuízo líquido de R\$391.162 mil em 2011 e, portanto, não há destinação de resultado.
- 2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados**
Não aplicável.
- 3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído**
Não aplicável.
- 4. Informar o montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores**
Não houve distribuição de dividendos com base em lucro de exercícios anteriores.
- 5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:**
 - a. O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe**
Não aplicável.
 - b. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio**
Não aplicável.

c. Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio

Não aplicável.

d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento

Não aplicável.

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores

a. Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados

Não aplicável.

b. Informar a data dos respectivos pagamentos

Não aplicável.

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

a. Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores

A Companhia registrou os seguintes resultados nos últimos 3 exercícios:

Prejuízo de R\$391.162 mil em 2011;

Prejuízo de R\$100.735 mil em 2010; e

Lucro de R\$88.056 mil em 2009.

b. Dividendo e juro sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores

Não aplicável.

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal

a. Identificar o montante destinado à reserva legal

Não aplicável.

b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal

Não aplicável.

9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos

a. Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos

Não aplicável.

b. Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos

Não aplicável.

c. Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa

Não aplicável.

d. Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais

Não aplicável.

e. Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe

Não aplicável.

10. Em relação ao dividendo obrigatório

a. Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto

Não aplicável.

b. Informar se ele está sendo pago integralmente

Não aplicável.

Informar o montante eventualmente retido

Não aplicável.

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia

a. Informar o montante da retenção

Não aplicável.

b. Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando,

inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos

Não aplicável.

c. Justificar a retenção dos dividendos

Não aplicável.

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências

a. Identificar o montante destinado à reserva

Não aplicável.

b. Identificar a perda considerada provável e sua causa

Não aplicável.

c. Explicar porque a perda foi considerada provável

Não aplicável.

d. Justificar a constituição da reserva

Não aplicável.

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar

a. Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar

Não aplicável.

b. Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva

Não aplicável.

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias

a. Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva

Não aplicável.

b. Identificar o montante destinado à reserva

Não aplicável.

c. Descrever como o montante foi calculado

Não aplicável.

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital

a. Identificar o montante da retenção

Não aplicável.

b. Fornecer cópia do orçamento de capital

Não aplicável.

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais

a. Informar o montante destinado à reserva

Não aplicável.

b. Explicar a natureza da destinação

Não aplicável.

CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARÁ S.A. – CELPA (“Em Recuperação Judicial”)

CNPJ/MF nº 04.895.728/0001-80

NIRE 15.300.007.232

Companhia Aberta

Belém - PA, 24 de abril de 2012

Aos Srs. Acionistas da **CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARÁ S.A. - CELPA.**

**ELEIÇÃO DE ADMINISTRADORES
CANDIDATOS INDICADOS OU APOIADOS PELA ADMINISTRAÇÃO OU
ACIONISTAS CONTROLADORES**

(Nos termos dos itens 12.6 a 12.10 do Formulário de Referência da Instrução
CVM 480/09)

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
DATA DE ELEIÇÃO E POSSE: 30/ABRIL/2012
PRAZO DE MANDATO: ABRIL/2014**

Item 12.6. – Tabela

NOME	IDADE	PROFISSÃO	CPF	CARGO ELETIVO OCUPADO	INDICAÇÃO CONTROLADOR	OUTROS CARGOS EXERCIDOS NA COMPANHIA
Jorge Queiroz de Moraes Junior	67	Engenheiro Naval	005.352.658-91	Conselheiro Administrativo	Sim	N/A
Octávio Tavares de Oliva Filho	52	Engenheiro Agrônomo	057.619.868-41	Conselheiro Administrativo	Sim	N/A
José Alberto Alves Cunha	55	Engenheiro	827.704.178-00	Conselheiro Administrativo	Sim	N/A
Carmem Campos Pereira	43	Administradora	111.333.448-79	Conselheira Administrativa	Sim	Diretora Presidente e de Relação com Investidores
Alberto José Rodrigues Alves	68	Engenheiro	029.912.508-44	Conselheiro Administrativo	Sim	N/A
Daniel Machado	46	Administrador	068.057.588-07	Conselheiro Administrativo	Representante Empregados	N/A
(a definir)					Eleto	
(a definir)					Eleto	
(a definir)					FI-FGTS	

CONSELHO FISCAL
DATA DE ELEIÇÃO E POSSE: 30/ABRIL/2012
PRAZO DE MANDATO: ABRIL/2013

Item 12.6. – Tabela

NOME	IDADE	PROFISSÃO	CPF	CARGO ELETIVO OCUPADO	INDICAÇÃO CONTROLADOR	OUTROS CARGOS EXERCIDOS NA COMPANHIA
Carlos Souza Barros de Carvalhosa	82	Engenheiro Civil	003.684.158-72	Conselheiro Efetivo	Sim	N/A
Antonio Carlos de Paula	57	Engenheiro	642.752.998-68	Conselheiro Efetivo	Sim	N/A
Kleber Cimini Lage	66	Engenheiro Eletricista	002.516.401.59	Conselheiro Efetivo	Sim	N/A
(a definir)					Eletrobrás	
(a definir)					Eletrobrás	
Osmar José Vicchiatti	70	Administrador	070.546.298-68	Suplente	Sim	N/A
Fernando Quartim Barbosa de Figueiredo	68	Engenheiro	010.320.708-20	Suplente	Sim	N/A
Annibal Ribeiro do Valle Filho	60	Engenheiro Civil	165.529.386-91	Suplente	Sim	N/A
(a definir)					Eletrobrás	
(a definir)					Eletrobras	

(*) N/A – Não aplicável

12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários

Resposta: A Companhia não possui comitês estatutários ou comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários.

Item 12.8. (a) (i) e (ii) CURRÍCULOS DOS ADMINISTRADORES

a. CURRÍCULOS

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Jorge Queiroz de Moraes Junior

Data de Nascimento: 16 de janeiro de 1945

Formado em Engenharia Naval pela Escola Politécnica da USP

Administração de Empresas Nível Pós Graduação e de Mestrado

Doutorado (PHD) Michigan State – University – USA – Especialização em Finanças e Contabilidade

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL: Presidente do Conselho de Administração da Companhia desde abril de 1995. É presidente do conselho de administração de várias empresas, incluindo as empresas de geração de energia elétrica controladas pela Rede Energia S.A (Cia Aberta) e também o presidente do Conselho de Curadores e Diretor Vice-Presidente da Fundação Aquarela, bem como, Membro Efetivo Presidente da REDEPREV – Fundação Rede de Previdência.

Presidente do Conselho de Administração das empresas: Rede Energia S.A. (Cia Aberta), Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S.A., Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA (Cia Aberta “Em Recuperação Judicial”), Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. – CEMAT (Cia Aberta), Companhia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins – CELTINS, Tangará Energia S.A., QMRA Participações S.A., Companhia Força e Luz do Oeste, Companhia Nacional de Energia Elétrica, Couto Magalhães Energia S.A., Empresa Elétrica Bragantina S.A., Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S.A. – ENERSUL (Cia Aberta), Rede Eletricidade e Serviços S.A., e Vale do Vacaria Açúcar e Álcool S.A e Tangará Energia S.A.

Diretor das empresas: BBPM – Participações S.A, Caiuá Distribuição de Energia S.A., Companhia Força e Luz do Oeste, Companhia Geral, Companhia Nacional de Energia Elétrica, Denerge Desenvolvimento Energético S.A., Empresa Elétrica Bragantina S.A., Empresa de Distribuição de Energia Vale Paranapanema S.A., Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S.A. – ENERSUL (Cia Aberta), JQMJ – Participações S.A., Companhia Técnica de Comercialização de Energia (atual denominação de Rede Comercializadora de Energia S.A.), Rede Couto Magalhães Energia S.A., Rede Participações S.A, Rede Eletricidade e Serviços S.A., Rede Peixe Energia S.A., e Rede Power do Brasil S.A.

Sócio Administrador: Agro Pastoral Lageado Ltda e Caiuá – Cargas Aéreas Ltda.

Octávio Tavares de Oliva Filho

Data de Nascimento: 31 de Dezembro de 1959

Formado em Engenharia Agrônômica pela Universidade Estadual Paulista-UNESP

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL: DENERGE – 1985/1991, nas empresas Batia Exp. E Import. S/A – Vice Presidente, Agro Pastoral Lageado S/A – Diretor e Agro Comercial Lageado Ltda – Diretor Metal Yanes – S/A – 1992/1994 – Diretor Corporativo; Yanes Minas Ind. e Com. Ltda – 1994/2000

– Diretor Geral ; Kidde Brasil Ltda – 2000/2005 – Diretor Corporativo; EcoSafety Equipamentos de Segurança Ltda – Sócio Gerente; FIESP – 2002/2004 – Conselheiro ; CIESP – a partir de 2004 – Conselheiro; ABNT – 2002/2004 – Membro do Conselho Deliberativo

Membro do Conselho de Administração da Centrais Elétricas Matogrossenses S.A – CEMAT (Cia Aberta) e REDE ENERGIA S.A (Cia Aberta).

José Alberto Alves Cunha

Data de nascimento: 10 de abril de 1955.

Formado em Engenharia Elétrica pela Faculdade de Engenharia de Baurú/SP

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL: Superintendente Regional da Empresa Elétrica Bragantina S.A; Gerente Comercial da Empresa Elétrica Bragantina S.A.; Gerente Distrital da Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S.A.

Diretor Vice-Presidente de Operações da Centrais Elétricas do Pará S/A – CELPA (Cia Aberta) – mandato até abril/2010.

Carmem Campos Pereira

Data de Nascimento: 26 de Junho de 1968

Formada em Direito na Faculdade Metropolitanas Unidas - 1995

Administração de Empresas Graduada pela Universidade São Judas Tadeu - 1989

MBA Finanças – USP

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL: Membro da Diretoria desde maio de 1998.

Diretora Presidente e de Relação com Investidores e diretora administrativa e Financeira das empresas: Rede Energia S.A (Cia Aberta), Rede Participações S.A., Rede Peixe Energia S.A., Centrais Elétricas do Pará S/A – CELPA (Cia. Aberta em Recuperação Judicial), Centrais Elétricas Matogrossenses S/A – CEMAT (Cia Aberta), Empresa de Distribuição de Energia Vale Paranapanema S/A, Caiuá Distribuição de Energia S.A, e Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S.A – ENERSUL (Cia Aberta).

Diretora Vice-presidente da empresa: Denerge - Desenvolvimento Energético S.A

Diretora das empresas: BBPM – Participações S.A S.A., Companhia Força e Luz do Oeste, Companhia Geral, Companhia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins – CELTINS, Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S.A, Companhia Nacional de Energia Elétrica, Empresa Elétrica Bragantina S.A, Rede Eletricidade e Serviços S.A, Tangará Energia S.A, QMRA Participações S.A, Rede Power do Brasil S/A e Fundação Aquarela.

Diretora e membro do Conselho de Administração da empresa: Couto Magalhães Energia S.A

Sócia Administradora: Agro Pastoril Lageado Ltda, Batia Exportação e Importação Ltda. e Caiuá – Cargas Aéreas Ltda.

Alberto José Rodrigues Alves

Data de Nascimento: 10 de novembro de 1943

Engenheiro Eletricista com especialização em Eletrônica – Escola de Engenharia Mauá

Pós Graduação em Administração de Empresas – Fundação Getúlio Vargas

Mestrado em Finanças e Contabilidade pela Fundação Getúlio Vargas

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL: Membro do Conselho de Administração desde abril de 1995. Foi Diretor Financeiro da Batia Exportação e Importação S.A – 1987/1988. Diretor Técnico e Sócio da Tacan Eletrônica Ltda – 1975/1986. Gerente do Departamento Técnico da Empresa Elétrica Bragantina S.A – 1971/1974. Gerente Técnico da Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo – 1968/1971.

Vice-presidente do Conselho de Administração: da Tangará Energia S.A e Denerge Desenvolvimento Energético S.A.

Membro do Conselho de Administração das empresas: Rede Energia S.A (Cia Aberta), Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S/A, Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S.A. – ENERSUL (Cia Aberta), Centrais Elétricas do Pará S/A – CELPA (Cia. Aberta em Recuperação Judicial), Centrais Elétricas Matogrossenses S/A – CEMAT (Cia Aberta), Fundação Aquarela, QMRA Participações S.A., Couto Magalhães Energia S.A, Vale do Vacaria Açúcar e Álcool S.A e Companhia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins – CELTINS;

Diretor das empresas: BBPM – Participações S.A, JQMJ – Participações S.A. e Elucid Partners S.A..

Sócio Administrador: Agro Pastoril Lageado Ltda, Batia Exportação e Importação Ltda. e Caiuá – Cargas Aéreas Ltda.

Daniel Machado

Data de Nascimento: 30 de novembro de 1965.

Formado em Direito, pela Fundação de Ensino Eurípides Soares da Rocha – Marília/SP – (1983/87).

Pós - Graduação em Direito Empresarial, pela Fundação de Ensino Eurípides Soares da Rocha Marília/SP (julho de 1988 a Abril de 1989)

Pós - Graduação em Administração Financeira com ênfase em Recursos Humanos, pela Instituição Toledo de Ensino – ITE – Presidente Prudente/SP (outubro de 1996 a dezembro de 1997).

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL: Exerce atividades profissionais desde 1979, tendo atuado em diversos segmentos industriais (alimentício, comércio, mobiliário) ocupando cargos e funções variadas, em empresas de pequeno e médio porte, situadas no interior do Estado de São Paulo.

Atua na área de recursos humanos desde o ano de 1985, sempre ocupando função gerencial. Chefe de Divisão de Administração de Pessoal da Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S/A (maio de 1990 a fevereiro de 1993) e da empresa Caiuá Serviços de Eletricidade S/A (março de 1993 a Agosto de 1998) , empresas pertencentes ao Grupo REDE, localizadas nos municípios de Assis/SP e Presidente Prudente/SP, respectivamente.

Chefe do Departamento de Recursos Humanos das Centrais Elétricas do Pará S/A, empresa também pertencente ao Grupo Rede, para onde foi transferido no ano de 1998, por ocasião do processo de privatização.

Porta voz e negociador das Centrais Elétricas do Pará S/A, em assuntos relacionados com as entidades sindicais representativas dos empregados.

CONSELHO FISCAL

– MEMBROS EFETIVOS

Carlos Souza Barros de Carvalho

Nascido em 05 de dezembro de 1929, o Sr. Carvalho é engenheiro civil formado pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (1948/1952). Seminários e Cursos de aperfeiçoamento e atualização na área de O&M e Informática – Análise de Sistema – Bancos de Dados. Desde 1999, é membro do Conselho Fiscal da Companhia. É também membro do conselho fiscal da Rede Energia S.A (Cia Aberta), CEMAT (Cia Aberta) e CELTINS. Foi gerente da CNBO – Produtora de Energia Elétrica Ltda. de 1997 a 1998 e diretor de investimentos incentivados da Investco.

Antonio Carlos de Paula

Nascido em 16 de setembro de 1954, o Sr Antonio é engenheiro elétrico formado pela Universidade de Mogi das Cruzes, com extensão em contabilidade e finanças para executivo e gerenciamento de empreendimentos pela Fundação Getúlio Vargas. Desde 1999, é membro do Conselho Fiscal Companhia. É gerente de projetos da Ericsson Telecomunicações.

Kleber Cimini Lage

Nascido em 06 de agosto de 1943, o Sr. Kleber é engenheiro eletricista formado pela Escola de Engenharia da Universidade Federal de Goiás (1968). É membro efetivo do Conselho Fiscal da Companhia desde 2006. Foi professor do Departamento de Eletrotécnica da Escola de Engenharia da Universidade Federal de Goiás. Atuou como diretor de Planejamento da Celtins e como Diretor

Estatutário da Investco S.A de 1998 a 2003. Exerceu ainda o cargo de Assessor da Rede Energia de 2003 a 2006.

– MEMBROS SUPLENTE

Osmar José Vicchiatti

Nascido em 13 de novembro de 1941, o Sr. Vicchiatti é graduado em Administração de Empresas e Ciências Econômicas pela Universidade de São Paulo. É membro suplente do Conselho Fiscal desde abril de 2006. Também é membro do conselho deliberativo da REDEPREV – Fundação Rede de Previdência. Foi diretor da EEB e diretor e membro do conselho de administração de outras empresas da Rede Energia S.A (Cia Aberta) de 1980 a 2003. Membro efetivo do Conselho Fiscal da Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S.A para mandato até abril/2012.

Fernando Quartim Barbosa de Figueiredo

Nascido em 08 de Outubro de 1942, o Sr. Quartim é engenheiro Formado pela Escola de Engenharia de Mauá (1966) e Administração de Empresas – Fundação Getúlio Vargas (1972). É membro suplente do conselho fiscal desde 2010. Também é membro efetivo do Conselho Fiscal da REDE ENERGIA S.A (Cia Aberta). e conselheiro Curador da Fundação Aquarela. Foi membro do Conselho de Administração da Companhia e de outras empresas da REDE ENERGIA e consultor do Grupo Rede.

Annibal Ribeiro do Valle Filho

Nascido em 30 de abril de 1951, o Sr. Annibal é formado em engenharia civil pela Escola de Engenharia da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG com curso de especialização em administração pela Fundação Getúlio Vargas (1981). É membro suplente do Conselho Fiscal desde abril de 2004. Foi gerente técnico da Construtora Beter S.A. e gerente de planejamento, orçamento e controle da Badra S.A. de 1982 a 1995. É Sócio Gerente da Planorc Serviços de Engenharia S/C Ltda. Foi professor da Escola de Engenharia de Alfenas, Minas Gerais.

b. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:

i. qualquer condenação criminal

Resposta: Não há.

- ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas

Resposta: Não há.

- iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer

Resposta: Não há.

12.9. Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

- a) administradores do emissor

Resposta: Não há.

- b) (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor

Resposta: Não há.

- c) (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor

Resposta: Não há.

- d) (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor

Resposta: Não há.

12.10. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

- a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor

Resposta: Não há.

b. controlador direto ou indireto do emissor

Resposta: Não há.

c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas

Resposta: Não há.

CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARÁ S.A. - CELPA

CNPJ/MF nº 04.895.728/0001-80

NIRE 15.300.007.232

Companhia Aberta

Belém - PA, 24 de abril de 2012

Aos Srs. Acionistas da **CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARÁ S.A. - CELPA.**

REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

(Conforme informações do item 13 do
Formulário de Referência da Instrução CVM 480/09)
(Valores expressos em reais)

13. Remuneração dos administradores

13.1. Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

- a. objetivos da política ou prática de remuneração

Resposta: A prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, adotada pela Companhia, objetiva atrair e reter profissionais qualificados e com experiência na área de distribuição, geração e comercialização de energia elétrica, bem como, incentivar o cumprimento dos objetivos e metas, proporcionando um alinhamento com os interesses da Companhia.

Leva em consideração as responsabilidades de cada membro, o tempo dedicado às suas funções, sua competência e reputação profissional e o valor dos seus serviços no mercado.

Para o exercício de 2012, a Companhia propõe o montante global de até R\$ 5.400.000,00, para a remuneração dos administradores da Companhia, a ser segregado da seguinte forma:

(i) De até R\$ 1.100.000,00 para o Conselho de Administração, sendo R\$ 900.000,00 correspondente à remuneração fixa e o valor de R\$ 200.000,00 referentes aos encargos.

(ii) De até R\$ 4.000.000,00 para a Diretoria Executiva, sendo R\$ 2.000.000,00 correspondente à remuneração fixa, R\$ 1.000.000,00 correspondente à remuneração variável, R\$ 200.000,00 referente à benefícios e o valor de R\$ 800.000,00 referentes aos encargos.

(iii) De até R\$ 300.000,00 para o Conselho Fiscal, sendo R\$ 250.000,00 correspondente à remuneração fixa e o valor de R\$ 50.000,00 referentes aos encargos, observado o disposto no artigo 162, Parágrafo 3º da Lei 6.404/76.

b. composição da remuneração, indicando:

i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

Resposta:

A Companhia adota um modelo de remuneração composto por: (i) remuneração fixa, composta por honorários mensais aplicáveis à Diretoria, Conselho de Administração e Conselho Fiscal; (ii) remuneração variável, que é o honorário calculado de acordo com os indicadores de performance individual e da Companhia aplicável aos Diretores Executivos (Estatutários), e, (iii) benefícios, com os quais a Companhia procura atrair e reter os melhores talentos e retribuir a

competência de seus administradores, também aplicáveis aos Diretores Executivos (Estatutários). Vide item 13.1 (a).

ii. qual a proporção de cada elemento na remuneração total

Resposta:

Conselho de Administração: 20,37% da Remuneração Total.

Remuneração Fixa: 16,67%

Encargos: 3,70%

Diretoria: 74,07% da Remuneração Total.

Remuneração Fixa: 37,04%

Remuneração Variável: 18,52%

Benefícios: 3,70%

Encargos: 14,81%

Conselho Fiscal: 5,56% da Remuneração Total.

Remuneração Fixa: 4,63%

Encargos: 0,93%

iii. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

Resposta: Os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal recebem honorários fixos mensais. Para o Conselho Fiscal, informamos que os conselheiros suplentes não recebem honorários, a não ser na hipótese de substituírem o conselheiro titular a que estão vinculados. O reajuste da remuneração dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal é feito com base na lei e em práticas de mercado.

A proposta de remuneração para a Diretoria Estatutária e seu reajuste baseia-se em práticas de mercado.

A Companhia verifica as práticas de mercado comparando seus indicadores operacionais e desempenho econômico de suas controladas com os números de empresas de mesmo porte e setor, levando em consideração as diferenças regionais do país.

iv. razões que justificam a composição da remuneração

Resposta: A remuneração da Companhia considera as responsabilidades de cada cargo e esta baseada nas práticas de mercado e nos valores pagos para profissionais que exercem funções e cargos equivalentes, visando a retenção dos melhores profissionais.

c. principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

Resposta: A remuneração dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal da Companhia é fixa e não considera indicadores de desempenho.

A remuneração variável dos Diretores Estatutários é definida com base em metas alinhadas com o plano estratégico da Companhia e performance do negócio. A mensuração está ligada ao resultado econômico da Companhia, como evolução do EBITDA, desempenho operacional apurados nos exercícios sociais, indicadores de qualidade de serviço, tais como, DEC (Duração Equivalente de Interrupção por Consumidor), FEC (Frequência Equivalente de Interrupção por Consumidor) e redução de perdas comerciais, satisfação dos clientes, Acionistas e colaboradores.

d. como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

Resposta: Os honorários do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal são revisados anualmente e definidos pela Assembleia Geral Ordinária de Acionistas da Companhia.

Para os Diretores Estatutários, a remuneração variável é baseada em metas quantitativas, as quais refletem a evolução dos indicadores de desempenho da Companhia.

- e. como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

Resposta: A prática de remuneração dos diretores estatutários está alinhada aos interesses da Companhia, por ser fundamentada por critérios atrelados ao desempenho econômico-financeiro da Companhia definidos pelos indicadores de desempenho, satisfação dos clientes, imagem da empresa e responsabilidade social.

- f. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Resposta: Alguns Conselheiros e Diretores exercem cargos em empresas relacionadas e sob controle comum, sendo neste caso remunerados por tais atribuições.

- g. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Resposta: Não há remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário.

13.2. Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Remuneração reconhecida no resultado do exercício de 2009 (R\$ mil)				
a. Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
b. Número de Membros	9	7	5	21
c.i. Remuneração fixa anual	296.000,00	1.813.924,76	129.000,00	2.238.924,76
Salário ou Pró-labore	296.000,00	1.559.033,76	129.000,00	1.984.033,76
Benefícios diretos e indiretos	-	254.891,00	-	254.891,00
Remuneração por participação	-	-	-	-

em comitês				
Outros	-	-	-	-
c.ii. Remuneração variável	-	480.679,04	10.750,00	491.429,04
Bônus	-	480.679,04	10.750,00	491.429,04
Participação nos resultados	-	-	-	-
Remuneração por participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
c.iii. Benefícios pós-emprego	-	-	-	-
c.iv. Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-	-	-	-
c.v. Remuneração baseada em ações	-	-	-	-
d. Valor da remuneração por cada Órgão	-	-	-	-
e. Total da remuneração dos Órgãos	296.000,00	2.294.603,80	139.750,00	2.730.353,80

Remuneração reconhecida no resultado do exercício de 2010 (R\$ mil)				
a. Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
b. Número de Membros	9	7	5	21
c.i. Remuneração fixa anual	544.000,00	1.671.933,25	139.000,00	2.354.933,25
Salário ou Pró-labore	544.000,00	1.571.933,25	139.000,00	2.254.933,25
Benefícios diretos e indiretos	-	100.000,00	-	100.000,00
Remuneração por participação em comitês	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
c.ii. Remuneração variável	-	846.877,76	12.000,00	858.877,76
Bônus	-	846.877,76	12.000,00	858.877,76
Participação nos resultados	-	-	-	-
Remuneração por participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
c.iii. Benefícios pós-emprego	-	-	-	-
c.iv. Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-	-	-	-
c.v. Remuneração baseada em ações	-	-	-	-
d. Valor da remuneração por cada Órgão	-	-	-	-
e. Total da remuneração dos Órgãos	544.000,00	2.518.811,01	151.000,00	3.213.811,01

Remuneração reconhecida no resultado do exercício de 2011 (R\$ mil)				
a. Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
b. Número de Membros	8	5	5	18
c.i. Remuneração fixa anual	672.000,00	1.738.396,16	207.000,00	2.617.396,16
Salário ou Pró-labore	672.000,00	1.580.433,12	207.000,00	2.459.433,12
Benefícios diretos e indiretos	-	157.963,04	-	157.963,04
Remuneração por participação em comitês	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
c.ii. Remuneração variável	-	684.411,08	-	684.411,08
Bônus	-	684.411,08	-	684.411,08
Participação nos resultados	-	-	-	-
Remuneração por participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
c.iii. Benefícios pós-emprego	-	-	-	-
c.iv. Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-	-	-	-
c.v. Remuneração baseada em ações	-	-	-	-

d. Valor da remuneração por cada Órgão	-	-	-	-
e. Total da remuneração dos Órgãos	672.000,00	2.422.807,24	207.000,00	3.301.807,24

(*) A remuneração prevista para o exercício de 2010, não foi integralmente realizada pois alguns integrantes da administração não receberam remuneração da Companhia.

Remuneração prevista para o Exercício de 2012 (R\$ mil)				
a. Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
b. Número de Membros	9	7	5	21
c.i. Remuneração fixa anual	900.000,00	2.200.000,00	250.000,00	3.350.000,00
Salário ou Pró-labore	900.000,00	2.000.000,00	250.000,00	3.150.000,00
Benefícios diretos e indiretos	-	200.000,00	-	200.000,00
Remuneração por participação em comitês	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
c.ii. Remuneração variável	-	1.000.000,00	-	1.000.000,00
Bônus	-	1.000.000,00	-	1.000.000,00
Participação nos resultados	-	-	-	-
Remuneração por participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
c.iii. Benefícios pós-emprego	-	-	-	-
c.iv. Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-	-	-	-
c.v. Remuneração baseada em ações	-	-	-	-
d. Valor da remuneração por cada Órgão	-	-	-	-
e. Total da remuneração dos Órgãos	900.000,00	3.200.000,00	250.000,00	4.350.000,00

(**) As tabelas acima, não incluem os encargos e provisões legais.

13.3. Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Remuneração reconhecida no resultado do exercício de 2009 (R\$)				
a. Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
b. Número de Membros	9	7	5	21
c. Em relação ao Bônus:	-	480.679,04	10.750,00	491.429,04
i. valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
ii. valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-	-	-
iv. valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social.	-	480.679,04	10.750,00	491.429,04
d. Em relação à participação no resultado:	-	-	-	-
i. valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
ii. valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
iii. valor previsto no plano de	-	-	-	-

remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas				
iv. valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais	-	-	-	-

Remuneração reconhecida no resultado do exercício de 2010 (R\$)				
a. Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
b. Número de Membros	9	7	5	21
c. Em relação ao Bônus:	-	846.877,76	12.000,00	858.877,76
i. valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
ii. valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-	-	-
iv. valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	-	846.877,76	12.000,00	858.877,76
d. Em relação à participação no resultado:	-	-	-	-
i. valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
ii. valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-	-	-
iv. valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais	-	-	-	-

(*) A remuneração variável prevista para o exercício de 2010, não foi integralmente realizada pois alguns integrantes da administração não receberam remuneração da Companhia.

Remuneração prevista para o exercício social de 2011 (R\$)				
a. Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
b. Número de Membros	8	5	5	18
c. Em relação ao Bônus:	-	684.411,08	-	684.411,08
i. valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
ii. valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-	-	-
iv. valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	-	-	-	-
d. Em relação à participação no resultado:	-	-	-	-
i. valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
ii. valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-	-	-
iv. valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais	-	-	-	-

Remuneração prevista para o exercício social de 2012 (R\$)				
a. Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
b. Número de Membros	9	7	5	21
c. Em relação ao Bônus:	-	1.000.000,00	-	1.000.000,00
i. valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
ii. valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-	-	-
iv. valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	-	-	-	-
d. Em relação à participação no resultado:	-	-	-	-
i. valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
ii. valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-	-	-
iv. valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais	-	-	-	-

(**) As tabelas acima, não incluem os encargos e provisões legais.

13.4. Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:

Resposta: Não aplicável em razão da Companhia não possuir plano de remuneração baseado em ações.

13.5. Informar a quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social

Ações detidas pelos Administradores em 31/12/2010.			
Órgão	Conselho	de	Diretoria Estatutária
	Conselho Fiscal		

	Administração					
Companhia	<i>ON</i>	05	<i>ON</i>	0	<i>ON</i>	0
	<i>PN "A"</i>	06	<i>PN "A"</i>	0	<i>PN "A"</i>	01
Controlador Direto QMRA Participações S.A	<i>ON</i>	03	<i>ON</i>	0	<i>ON</i>	01
Controlador Indireto Rede Energia S.A	<i>ON</i>	141.501	<i>ON</i>	15	<i>ON</i>	04
	<i>PN</i>	766	<i>PN</i>	15	<i>PN</i>	0

13.6. Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Resposta: Não aplicável em razão da Companhia não possuir plano de remuneração baseado em ações.

13.7. Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Resposta: Não aplicável em razão da Companhia não possuir plano de remuneração baseado em ações.

13.8. Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Resposta: Não aplicável em razão da Companhia não possuir plano de remuneração baseado em ações.

13.9. Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:

Resposta: Não aplicável em razão da Companhia não possuir plano de remuneração baseado em ações.

13.10. Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:

Planos de Previdência em Vigor			
a. Órgão	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária
b. N. Membros	-	-	03
c. Nome do Plano	-	-	Plano de Benefícios Celpa Op e plano de Benefícios R
d. Quantidade de Administradores que reúnem as condições para se aposentar	-	-	-
e. condições para se aposentar antecipadamente	-	-	-
f. valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	-	-	38.230,53
g. valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	-	-	10.311,20
h. se há a possibilidade de resgate antecipado e quais as condições	-	-	Desligamento

13.11. Em forma de tabela, indicar, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, à diretoria estatutária e ao conselho fiscal:

Em relação ao Exercício de 2009 (Valores Anuais):

Conselho de Administração

Nº Membros	Valor da Maior Remuneração Individual	Valor da Menor Remuneração Individual	Valor Médio de Remuneração Individual
9	36.000,00	36.000,00	36.000,00

Diretoria Estatutária

Nº Membros	Valor da Maior Remuneração Individual	Valor da Menor Remuneração Individual	Valor Médio de Remuneração Individual
7 (*)	396.000,00	60.000,00	228.000,00

(*) São 6 membros em exercício e um cargo vago.

Conselho Fiscal

Nº Membros	Valor da Maior Remuneração Individual	Valor da Menor Remuneração Individual	Valor Médio de Remuneração Individual
5	25.800,00	25.800,00	25.800,00

Em relação ao Exercício de 2010 (Valores Anuais):

Conselho de Administração

Nº Membros	Valor da Maior Remuneração Individual	Valor da Menor Remuneração Individual	Valor Médio de Remuneração Individual
9	84.000,00	84.000,00	84.000,00

Diretoria Estatutária

Nº Membros	Valor da Maior Remuneração Individual	Valor da Menor Remuneração Individual	Valor Médio de Remuneração Individual
------------	---------------------------------------	---------------------------------------	---------------------------------------

	Individual	Individual	Individual
7	480.000,00	240.000,00	360.000,00

Conselho Fiscal

Nº Membros	Valor da Maior Remuneração Individual	Valor da Menor Remuneração Individual	Valor Médio de Remuneração Individual
5	36.000,00	36.000,00	36.000,00

Em relação à Proposta para o Exercício de 2011 (Valores Anuais):

Conselho de Administração

Nº Membros	Valor da Maior Remuneração Individual	Valor da Menor Remuneração Individual	Valor Médio de Remuneração Individual
9	84.000,00	84.000,00	84.000,00

Diretoria Estatutária

Nº Membros	Valor da Maior Remuneração Individual	Valor da Menor Remuneração Individual	Valor Médio de Remuneração Individual
7	480.000,00	240.000,00	340.000,00

Conselho Fiscal

Nº Membros	Valor da Maior Remuneração Individual	Valor da Menor Remuneração Individual	Valor Médio de Remuneração Individual
5	36.000,00	36.000,00	36.000,00

13.12. Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor.

Resposta: Não aplicável.

13.13. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto.

Exercício de 2009 (R\$ mil)			
Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Percentual da Remuneração Total	11,96%	82,39%	5.65%

Exercício de 2010 (R\$ mil)			
Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Percentual da Remuneração Total	14,13%	81,08%5	4,79%

13.14. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados.

Resposta: Não aplicável.

13.15. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos.

Remuneração reconhecida no resultado de controladores e sociedade sob controle comum do exercício de 2009 (R\$)
--

Controladora	Conselho de	Diretoria	Conselho	Total
--------------	-------------	-----------	----------	-------

	Administração	Estatutária	Fiscal	
REDE				
Remuneração Global	306.000,00	-	18.000,00	324.000,00

Empresa sob controle da REDE	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
CEMAT				
Remuneração Global	420.000,00	-	92.520,00	512.520,00

Empresa sob controle da REDE	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
ENERSUL				
Remuneração Global	108.000,00	1.080.000,00	-	1.188.000,00

Remuneração reconhecida no resultado de controladores e sociedade sob controle comum do exercício de 2010 (R\$)

Controladora	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
REDE				
Remuneração Global	306.000,00	160.000,00	30.000,00	496.000,00

Empresa sob controle da REDE	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
CEMAT				
Remuneração Global	336.000,00	520.000,00	72.000,00	928.000,00

Empresa sob controle da REDE	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
ENERSUL				
Remuneração Global	72.000,00	1.180.000,00	-	1.252.000,00

13.16. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes.

Resposta: Não aplicável.